



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MARIA HELENA PRESTES

**PANORAMA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE
LARANJEIRAS DO SUL – PR, EM 2016**

LARANJEIRAS DO SUL

2016

MARIA HELENA PRESTES

**PANORAMA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE
LARANJEIRAS DO SUL – PR, EM 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade
Federal da Fronteira Sul

Orientador: Prof^ª Deise Maria Bourscheidt

LARANJEIRAS DO SUL

2016

Prestes, Maria Helena
PANORAMA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE
LARANJEIRAS DO SUL - PR/ Maria Helena Prestes. -- 2016.
91 f.:il.

Orientador: Deise Maria Bourscheidt.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências
Econômicas , Laranjeiras do Sul, PR, 2016.

1. Desigualdade Social. 2. Desenvolvimento e
Políticas Públicas. 3. Programas Sociais. 4. Programa
Bolsa Família. I. Bourscheidt, Deise Maria, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.



Serviço Público Federal
 Universidade Federal da Fronteira Sul
 Curso de graduação em Ciências Econômicas



Ministério da Educação
 Universidade Federal da
 Fronteira Sul

Reitoria
 Avenida Getúlio Vargas, 609
 Edifício Engemed, 2º Andar
 Chapecó - Santa Catarina
 Brasil - CEP 89.812-000
 (49)2049-1400

www.uffs.edu.br
 contato@uffs.edu.br

Campus Laranjeiras do Sul
 Rua Oscar Pereira Guedes, 01
 Vila Alberti - Laranjeiras do Sul
 - Paraná - CEP 85303-820
 (42) 3635-8650

**ATA DE DEFESA PÚBLICA DO
 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Aos 08 dias do mês de FEVEREIRO de
2017, às 17 horas, em sessão pública na sala
BLOCO PROF/ADM do Campus Laranjeiras do Sul da UFFS, na
 presença da Banca Examinadora presidida pelo(a) Professor(a)
 Orientador(a):

DEISE MARIA BOURSCHIEDT

e composta pelos Professores(as) Examinadores(as):

1. ANTONIO MARIA CARPES e
2. RAFAEL STEFENON,

o(a) aluno(a) MARIA HELENA PRESTES

apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: PANORAMA
 DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍ-
 PÍO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR

como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de
 Bacharelado em Ciências Econômicas. Após reunião em sessão reservada, a
 Banca Examinadora deliberou e decidiu pela aprovação
 do referido trabalho, divulgando o resultado formalmente ao aluno e demais
 presentes e eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata
 que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pelo aluno.

Deise M. Bourscheidt

DEISE MARIA BOURSCHIEDT

Presidente da Banca Examinadora e Professor(a) Orientador(a)

Antonio Maria Carpes
ANTONIO MARIA CARPES

Examinador(a) 01

Rafael Stefenon
RAFAEL STEFENON

Examinador(a) 02

Maria Helena Prestes
Maria Helena Prestes

Aluno(a)

À minha mãe;

Minha mais bela razão de existir!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que é Pai, Filho e Espírito Santo. Pelo dom da vida e por seu amor infinito, pois sem Ele nada sou. Por sempre estar ao meu lado, me fortalecendo e iluminando, ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A minha mãe Nelci, por ser exemplo de mulher guerreira e batalhadora. Por ser o grande amor da minha vida. Obrigada por cada incentivo e orientação, pelas orações em meu favor e de minha família, pela preocupação para que eu estivesse sempre andando pelo caminho correto. Obrigada por sempre estar ao meu lado, me apoiando para que eu não desistisse de caminhar, mesmo a passos lentos, é preciso chegar a algum lugar. A meu pai José, por ser humilde e me incentivar sempre, buscando meu melhor.

Ao meu querido Jocemar, por partilhar momentos bons e ruins ao meu lado, me amparar e estimular a continuar a caminhar sempre. Obrigada pelo amor e carinho.

À minha orientadora Prof.^a Me. Deise, primeiramente por ter aceitado me orientar e compartilhar comigo sua sabedoria, respeitando minhas limitações. Obrigada por dedicar seu tempo em me orientar neste trabalho e não desistir de mim durante a caminhada. Por sempre me estimular e partilhar comigo as suas idéias, conhecimento e experiências. Quero expressar minha admiração pela sua competência profissional e gratidão por ser uma profissional extremamente qualificada e pela forma humana como conduziu minha orientação.

Aos professores Antonio e Rafael pela gentileza em aceitarem o convite para fazer parte da banca examinadora e pelas contribuições no exame de qualificação. E por todo o conhecimento que proporcionaram no decorrer do curso. Obrigado por serem exemplos de vida.

A todos os professores do curso, que dedicaram seu tempo e sua sabedoria para que minha formação acadêmica fosse um aprendizado de vida, em especial às professoras Cristina e Marisela por serem exemplos a serem seguidos.

Às minhas queridas amigas Andrea, Marcia, Dilma, Vanuza, encontrei em vocês irmãs. Obrigada por sempre se fazerem presente, pelas palavras de encorajamento e pelos ótimos momentos que foram essenciais durante este percurso, onde rimos, choramos e nos ajudamos mutuamente.

Aos beneficiários do PBF, representantes pelo programa no município de Laranjeiras do Sul, ACS e comerciantes, sujeitos desse estudo pelas valiosas contribuições.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente com essa pesquisa.

“A comida costuma faltar ou sobrar por motivos alheios ao apetite”. (Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

O Programa Bolsa Família – PBF é um programa de transferência de renda condicionada, em que estão integradas as famílias pobres e/ou extremamente pobres. Através das condicionalidades do programa busca-se reduzir as carências individuais dos beneficiários. O objetivo do presente estudo é esboçar um panorama do Programa Bolsa Família no município de Laranjeiras do Sul, evidenciando as mudanças nas condições de vida dos beneficiários no ano de 2016, utilizando como amostra algumas famílias residentes no Bairro Presidente Vargas. Para a consecução do presente objetivo realizou-se uma pesquisa descritiva, considerada documental e estudo de campo. Este estudo respaldou-se na metodologia tridimensional estrutura – processo – resultados, focando apenas no item *resultados*, que possibilita a avaliação do alcance dos objetivos para formulação do programa. Para a obtenção dos dados foi realizada uma observação no local em estudo, assim como entrevistas, por meio de questionários semi-estruturados com perguntas abertas e fechadas para os Responsáveis pelo programa a nível municipal, para as Agentes Comunitárias de Saúde, comerciantes e famílias beneficiárias, além de se utilizar dados municipais. O procedimento de coleta e análise de dados é caracterizado como predominantemente qualitativo. Os instrumentos utilizados para análise de dados foram o software Sphinx (Demo V 5) e o Windows Excel. A partir dessa análise, a pesquisa constatou que o PBF, apesar de apresentar alguns gargalos, garante a complementação da renda, melhor qualidade de vida das famílias e efeitos positivos sobre o comércio local. Além disso, o Estado deve estar em constante observação para suprir as demandas da população em geral, realizando investimentos nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Palavras-Chave: Programa Bolsa Família. Transferência de Renda Condicionada. Laranjeiras do Sul.

ABSTRACT

The Bolsa Família Program (PBF) is a conditional income transfer program created to assist poor and extremely poor families in Brazil. Through the conditionalities of the program, beneficiaries' individual needs are expected to be reduced. The objective of the present study is to outline an overview of the Bolsa Família Program in the municipality of Laranjeiras do Sul, highlighting the changes in the 2016 beneficiaries' living conditions, using as sample families residing in the neighborhood named Presidente Vargas. To achieve this objective, a descriptive, documentary research was carried out. This study was based on the three-dimensional structure-process-results methodology, focusing only on results, which renders possible to evaluate the achievement of the program's objectives. In order to obtain the data, observations and interviews were conducted at the place of study. Interviews were carried out using semi-structured questionnaires with open and closed questions addressed to the program municipal supervisors, the ACS, merchants and beneficiary families. Municipal data were also used in the analysis. The procedure of data collection and analysis is characterized as predominantly qualitative. The instruments used for data analysis were the software Sphinx (Demo V 5) and Windows Excel. Based on this analysis, the research found that the PBF, despite presenting some bottlenecks, guarantees the complementation of income, better quality of life and positive effects on local commerce. Furthermore, the State must keep constant observation to meet the demands of the population, investing in health, education and social assistance.

Key-words: Bolsa Família Program. Conditioned Income Transfer. Laranjeiras do Sul

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Imagem da Unidade Básica de Saúde localizada no bairro Presidente Vargas em Laranjeiras do Sul - PR no ano de 2016.....	42
Figura 2- Imagens das ruas existentes no Bairro Presidente Vargas do município de Laranjeiras do Sul - PR, em 2016.....	43
Figura 3- Gráfico dos Produtos comercializados nos estabelecimentos comerciais localizados no bairro Presidente Vargas, em Laranjeiras do Sul- PR no ano de2016.	51
Figura 4- Imagem das Residências das famílias beneficiárias residentes no Bairro Presidente Vargas, localizado no município de Laranjeiras do Sul - PR, no ano de 2016.....	58
Figura 5- Imagem das residências das famílias beneficiárias residentes no Bairro estudado no ano de 2016.....	59
Figura 6- Gráfico sobre o conhecimento das condicionalidades impostas pelo PBF por parte das famílias entrevistadas no ano de 2016	64
Figura 7 - Gráfico do conhecimento das Condicionalidades a serem cumpridas no PBF conforme opinião dos beneficiários estudados no ano de 2016	64

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1- Modalidades e Composição do Valor referente ao PBF repassado às famílias	31
Quadro 2- Distribuição das famílias beneficiárias nos bairros com maior contingente de famílias beneficiárias no primeiro semestre de 2016 em Laranjeiras do Sul-PR.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Realização de atividades ou Capacitações com as famílias beneficiárias do bairro estudado em 2016.....	46
Tabela 2- Características e informações a respeito da condicionalidade do PBF na área da Saúde	47
Tabela 3- Formas de pagamento utilizadas no comércio no bairro estudado em Laranjeiras do Sul - PR, ano de 2016	52
Tabela 4- Destinação dos recursos monetários do PBF pelas Famílias Beneficiárias residentes em Laranjeiras do Sul - PR, 2016.	53
Tabela 5- Importância do PBF avaliados pelas famílias estudadas, relacionados à condicionalidade Educação, em 2016	55
Tabela 6- Importância do PBF a respeito do combate ao trabalho infantil, na visão dos comerciantes de Laranjeiras do Sul no ano de 2016.	55
Tabela 7- Visão dos comerciantes sobre a melhora ou piora na saúde das crianças e gestantes no município de Laranjeiras do Sul, no ano de 2016.....	56
Tabela 8- Características da Composição Familiar das famílias beneficiárias residentes no Bairro Presidente Vargas, Laranjeiras do Sul – PR, no ano de 2016	60
Tabela 9- Responsabilidades dos membros das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no bairro Presidente Vargas em 2016	62
Tabela 10- Informações a respeito do acesso a condicionalidade Saúde por parte dos beneficiários investigados em 2016.....	65
Tabela 11- Informações a respeito da condicionante educação realizada nas famílias beneficiárias no ano de 2016	67
Tabela 12- Percentual de famílias beneficiárias do PBF, segundo a percepção sobre o aumento do número de refeições nos últimos seis meses e contribuições do programa em 2016.....	68

LISTAS DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ESF	Estratégia da Saúde da Família
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCN	Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais
IDH-	Índice de Desenvolvimento Humano
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPDM	Índice IparDES de Desempenho Municipal
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa Nacional de Acesso à Alimentação
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRM	Programas de Garantia de Renda Mínima
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTCR	Programas de Transferência Condicionada de Renda
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Serviço Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVOS	16
1.1.1	OBJETIVO GERAL.....	16
1.1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
1.2	JUSTIFICATIVA	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	DESIGUALDADE SOCIAL E INDICADORES SOCIAIS	19
2.2	DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	20
2.3	PROGRAMAS SOCIAIS BRASILEIROS QUE CONSOLIDARAM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	25
2.3.1	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	29
2.4	ESTUDOS ANTERIORES	32
3	METODOLOGIA DE PESQUISA	35
3.2	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	35
3.2.1	POPULAÇÃO	37
3.3	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	39
4	ANÁLISE DE RESULTADOS.....	41
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL E DO BAIRRO ESTUDADO	41
4.2	ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOB A ÓTICA DOS RESPONSÁVEIS CIVIS (ACS), GESTORES E RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO E BAIRRO ESTUDADO	44
4.3	ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VISÃO DOS COMERCIANTES	50
4.4	ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SEGUNDO AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS RESIDENTES NO BAIRRO PRESIDENTE VARGAS.....	57
4.4.1	Conhecimento e discussão das condicionalidades do PBF	63
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
	APÊNDICES	77

1 INTRODUÇÃO

Segundo Ribeiro e Menezes (2008), a desigualdade e a pobreza são problemas que acompanham o desenvolvimento histórico dos países e são alvos de muitas discussões pelos governos, que buscam formular mecanismos e políticas para diminuí-las ou disseminá-las e proporcionar o desenvolvimento do país.

O Brasil tem sido um dos países a buscar mecanismos para tirar muitas famílias da situação de miséria e pobreza. De acordo com Cavalcanti (2013, p. 12), “[...] os governos locais só formularam mecanismos com o objetivo de amenizar essa situação de forma focalizada em meados da década de 1990.”

Para Cavalcanti (2013) antes desse período, não havia políticas públicas focalizadas, nos países latino-americanos, devido a problemas macroeconômicos que estavam ocorrendo no momento. Dentre esses problemas, temos como exemplo, os empréstimos internacionais, que foram realizados nas décadas de 1960/1970, tendo como consequência a dívida externa.

As dívidas acabaram influenciando nas contas nacionais e acarretando um aumento na inflação interna, entre outros problemas, que foram resolvidos no início do século XX, com os planos de estabilização econômica. Nesse contexto, a pobreza e a desigualdade de renda se tornaram alvo de muitas discussões, e se tornaram “[...] um dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), amplamente discutido ao longo da década de 1990 e firmado em 2000” (CAVALCANTI, 2013).

Nesse período surgiram muitos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR), que segundo Ferreira e Bourseau (2015, p. 11), possuem como objetivo “[...] possibilitar uma articulação entre a medida compensatória de transferência monetária com ações estruturais, nos campos da educação, saúde e trabalho, tendo em vista possibilitar a automatização de famílias pobres.”

Nesse contexto se destaca o Programa Bolsa Família (PBF), que é um programa brasileiro,

[...] que surgiu da união de muitas políticas públicas, tais como o Bolsa- Escola, Vale-Gás, Bolsa Alimentação, dentre outros. O PBF foi criado no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. Possui como objetivo imediato a pobreza e, por consequência, a desigualdade de rendimento. (CAVALCANTI, 2013. p. 14)

Nessa ótica, o PBF surge para diminuir essa problemática, através da transferência de renda para um grupo de famílias com características específicas, e propondo solução para a

pobreza. Além da transferência de renda, o programa impõe aos beneficiários algumas condicionalidades, que englobam os direitos básicos, como saúde e educação.

As famílias beneficiárias têm acesso a esses direitos e são estimuladas a se desenvolverem. Sendo assim, Cavalcanti (2013) nos mostra que o Programa Bolsa Família é de suma relevância, pois estimula a redução da pobreza, melhora a qualidade de vida das famílias beneficiárias e diminui a alta desigualdade de renda existente.

Para verificar os resultados do PBF, é necessária a utilização de índices, que possam identificar as melhorias ocasionadas na saúde, educação, diminuição de mortalidade infantil, desigualdade na distribuição de renda etc., no período analisado.

Para elaborar ou obter dados que alimentem esses índices, são realizadas pesquisas, como exemplo há a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que

[...] busca obter informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Há temas específicos que abrangem aspectos demográficos, sociais e econômicos. (IBGE, 2015)

Para medir a desigualdade existente em uma distribuição de renda, há muitos indicadores sobre o tema, em que cada um pode trazer um resultado diferente ou ter diferentes conclusões. Souza (2009) identifica como principais os seguintes indicadores, que são usados para calcular a desigualdade de renda de uma região: Fórmula de Pareto; Curva de Lorenz; Índice de Gini; Theil - T e Theil - L, entre outros que possibilitaram a análise a respeito da situação de desenvolvimento de determinado município ou região.

De acordo com o Ipardes (2004) o desenvolvimento recente do Estado do Paraná apresenta a marca da modernização nas bases produtivas e da concentração em alguns pólos regionais e isso proporciona a visualização das disparidades tanto entre os municípios ou regiões existentes, como também internamente em cada um deles. Juntamente com o progresso de cada região, surgem desigualdades sociais que indicam a ampla disparidade entre as localidades.

É nesse contexto que se busca um desenvolvimento equilibrado que vise à distribuição igualitária para todos. Portanto a pesquisa realizada busca esboçar um panorama do Programa Bolsa Família no município de Laranjeiras do Sul, evidenciando as mudanças nas condições de vida dos beneficiários no ano de 2016. Com a presente pesquisa será possível identificar os gargalos do Programa Bolsa Família no município estudado, para que possam ser analisados e adequados à realidade local.

Nesse contexto, o presente trabalho pretende solucionar o seguinte problema de pesquisa: Qual o panorama do Programa Bolsa família no município de Laranjeiras do Sul em 2016?

O trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiramente foi realizada uma breve introdução. A seguir serão apresentados os objetivos que o presente trabalho pretende alcançar, assim como a justificativa para a elaboração do mesmo. No segundo tópico será apresentado o referencial teórico que está dividido em 03 (três) seções, discorrendo sobre a problemática que o país enfrenta, sendo a pobreza e a desigualdade de renda, e para solucionar essa problemática é apresentada uma discussão a respeito de alguns índices que estudam ou buscam estimar o desenvolvimento e/ou desigualdade das regiões. Posteriormente será feita uma discussão sobre desenvolvimento e políticas públicas e sendo finalizado pela abordagem dos principais programas que consolidaram o Programa Bolsa Família (PBF) e uma explanação sobre o mesmo. Em seguida é apresentada a metodologia usada para elaboração do presente trabalho, apresentação dos resultados obtidos e por fim as considerações finais do presente trabalho.

1.1 OBJETIVOS

A seguir será apresentado o objetivo geral do presente estudo, bem como, os objetivos específicos para atingir o objetivo geral.

1.1.1 OBJETIVO GERAL

Esboçar um panorama do Programa Bolsa Família no município de Laranjeiras do Sul, evidenciando as mudanças nas condições de vida dos beneficiários no ano de 2016.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Caracterizar o Programa Bolsa Família;
- b) Identificar as famílias beneficiárias do PBF no município de Laranjeiras do Sul – PR;
- c) Verificar se as condicionalidades do Programa Bolsa Família são cumpridas na região estudada;
- d) Identificar os resultados proporcionados pelo Programa Bolsa Família no bairro estudado.

1.2 JUSTIFICATIVA

De acordo com Cacciamali *et al* (2010), a redução da pobreza ou sua erradicação são temas muito discutidos na academia, pois a pobreza é uma problemática estrutural e complexa que envolve múltiplos fatores. Conforme o autor, além da elevação da renda, é de suma importância a realização de ações específicas que sejam capazes de erradicar a pobreza e proporcionar o bem-estar social aos indivíduos.

Santos e Magalhães (2012) nos dizem que é de suma relevância a existência de políticas públicas, que englobem além da transferência de benefício monetário, outros benefícios, que visem à diminuição da pobreza. Sendo assim, é possível verificar a importância do PBF, pois é uma dessas políticas, que além de desenvolver estratégias que visem à inclusão das famílias em atividades sociais, aumentando assim seu bem-estar social e eliminando-as da linha da pobreza, também proporciona o repasse orçamentário e aumento na renda.

No presente trabalho será descrito o panorama do Programa Bolsa Família no município de Laranjeiras do Sul-PR no ano de 2016, utilizando como amostra famílias residentes no bairro que possui, proporcionalmente, o maior contingente de famílias beneficiárias. Como constatado, há poucos estudos que discutam os resultados do Programa na região ou identifiquem as problemáticas existentes. Esse trabalho possibilitará que novos trabalhos possam ser elaborados, com a finalidade de desenvolver métodos que busquem alternativas para o desenvolvimento das regiões ou bairros menos desenvolvidos. Além de que, possibilitará a análise das mudanças que se fazem necessárias no Programa, ou na região estudada. E poderão ser realizados estudos que abordem os aspectos facilitadores, como também os desafios para a redução da pobreza e da desigualdade nessas localidades ou estudos que apresentem os resultados obtidos após a inserção ou alteração do programa conforme as mudanças necessárias atualmente.

Esse trabalho pretende possibilitar a discussão a respeito dos resultados proporcionados pelo Programa Bolsa Família na vida das pessoas. Além disso, busca-se fornecer informações adequadas às entidades governamentais, para que as mesmas possam pôr em prática ações que visem o bem-estar e a melhor qualidade de vida das famílias beneficiárias, como também a melhoria do programa vigente ou a criação de novas políticas públicas, que tenham como objetivo a erradicação da pobreza e da miséria. Através do mesmo, será possível analisar como se encontra o bairro em análise e instigar a novas

pesquisas a respeito do Programa Bolsa Família em outros bairros do município e que ações que podem ser tomadas para diminuir a desigualdade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESIGUALDADE SOCIAL E INDICADORES SOCIAIS

No texto de Ribeiro e Menezes (2008), é possível verificar que há muitos debates tanto acadêmicos, como governamentais e até mesmo empresariais, em torno do tema Desigualdade e Pobreza. No caso do Brasil, os índices são elevados em torno da desigualdade, demonstrando que há um padrão de distribuição de recursos injusto, o que evidencia que há urgência na ampliação de estudos e pesquisas como também a elaboração de políticas públicas eficazes.

De acordo com Scalon (2011, p. 50), “[...] a pobreza é decorrente tanto da má distribuição da renda, como da precariedade e vulnerabilidade política, social e econômica em que as pessoas se encontram. [...] A desigualdade é uma construção social.” No Brasil, ela decorre de desigualdades históricas, é decorrente de problemas que foram se acumulando no decorrer dos anos.

O Estado desenvolve políticas públicas para reduzir e/ou combater a pobreza, mas não consegue alcançar os resultados desejados, porque define a pobreza utilizando apenas o fator renda e esquecem que a mesma possui múltiplas dimensões. “Existem diferentes abordagens sobre o conceito de pobreza: abordagem monetária, abordagem das necessidades básicas e abordagem das capacidades.” (SANTANA, 2012. p. 10)

E é nesse contexto que Barros *et. al* (2000) confirma que o Brasil é um país com uma alta desigualdade na distribuição de renda e no qual os níveis de pobreza são muito altos. Como já dito, a desigualdade decorre de desigualdades históricas, devido ao fato de enfrentar uma herança de injustiça social, em que uma parte significativa da população é excluída e não possuem acesso a oportunidades de inclusão econômica e social.

De acordo com Barros *et. al* (2000), com os dados que são obtidos das PNADs, que são realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível analisar a evolução da pobreza e da desigualdade e com base nos dados obtidos, construir indicadores sociais que evidenciarão a situação atual de cada localidade, ao se tratar do desenvolvimento humano e concentração de renda.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2009) apud Souza (2009, p. 16), os indicadores de renda devem possuir algumas características. Sendo as seguintes:

1. Ser insensível a mudanças de escala ou transferências proporcionais; se, por exemplo, todas as rendas forem duplicadas, o indicador não deve se alterar, ou seja, ele deve ser independente em relação à média da distribuição;
2. Ser insensível a mudanças no tamanho da população, isto é, permanecer inalterado se o número de pessoas em cada nível de renda se alterar pela mesma proporção;
3. Satisfazer a condição de Dalton- Pigou, qual seja, ao se transferir renda a de um rico para um pobre, o indicador deverá acusar queda na desigualdade, e vice-versa;
4. Apresentar sensibilidade maior a transferências entre pessoas na parte inferior da distribuição (mais pobre) do que aquelas situadas na parte superior;
5. Ser aditivamente decomponível, de forma que o indicador possa ser expresso como a soma de dois (ou mais) termos: desigualdade entre grupos/regiões e desigualdade dentro dos grupos/regiões.

Dentre os indicadores que podem mensurar a desigualdade, está a fórmula de Pareto, Curva de Lorenz, Índice de Gini, Theil- T e Theil- L, entre outros. Há também muitos indicadores que mensuram o desempenho ou desenvolvimento dos municípios ou regiões, utilizando-se de dados municipais, regionais ou estaduais. Dentre esses índices podemos citar também, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM), dentre outros.

2.2 DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com Ribeiro e Menezes (2008), a pobreza e a desigualdade são problemáticas estruturais e para que as mesmas sejam erradicadas é necessário que ocorra uma mudança na estrutura econômica do país, que possibilite a inserção de todos os cidadãos, ao acesso a serviços básicos que promovam uma melhor qualidade de vida e possibilitem aos mesmos, sair da linha da pobreza e reduzir a desigualdade.

Para que ocorram essas mudanças é necessário pensar em uma sociedade voltada ao desenvolvimento. Portanto é de suma relevância compreender o que vem a ser o desenvolvimento, como se deu a evolução desse termo no decorrer dos anos e o que deve ser feito para se alcançar o desenvolvimento esperado. Ou seja, implantar ações que visem o bem-estar dos indivíduos, o desenvolvimento e crescimento local, e a diminuição da taxa da pobreza e da desigualdade.

De acordo com Oliveira (2002), o desenvolvimento deve resultar do crescimento econômico, mas acrescentado a isso, deve-se inserir uma abordagem a respeito da melhor adequação dos recursos, resultando numa melhora de qualidade de vida, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desigualdade, desemprego, moradia, educação, etc.)

Souza (2012) evidencia que há uma corrente de economistas que considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento, mas há uma segunda corrente, que diz que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é suficiente. Na primeira corrente, citam-se modelos de crescimento da escola neoclássica, de Meade, Solow, Keynes, Smith, etc. E na segunda corrente, podemos citar Myrdal, Lewis e Hirschman, além de autores da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Amartya Sen.

Como visto, há certa discussão desde o período dos trabalhos de Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867), em que todos abordam o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, sendo um fenômeno importante para o sistema capitalista. Posteriormente a esse período, por volta dos anos 1940, surge a Economia do Desenvolvimento.

Em 1776, Smith publica “A Riqueza das Nações”, estudo que discute a formação da riqueza de uma nação, abordando sobre o funcionamento dos mercados. Santos *et al* (2012) nos dizem que Smith partia do pressuposto de que qualquer homem vive para a troca, se tornando assim em determinado período, um mercador, e, portanto a sociedade vem a se tornar uma sociedade mercantil. Smith assim, dizia que o homem era movido pelo desejo do lucro e iria produzir cada vez mais e o excedente da produção seria um benefício para todos. E para que isso ocorra, há uma mão invisível sobre a sociedade que controla a demanda e a oferta. O produto anual per capita, conforme esse autor garantiria o bem estar da nação e promoveria o crescimento econômico.

Já Ricardo (1817), discute isso mais profundamente em Princípios de Economia Política e Tributação, em que retrata que a distribuição da riqueza deve ocorrer entre salários, lucros e renda fundiária. Para esse autor, o desenvolvimento é proveniente do montante de investimento que o capitalista aplica na unidade produtiva.

De acordo com Santos *et al* (2012), Marx, em sua obra “O Capital”, retrata a questão da mais-valia, para ele a acumulação do capital em uma sociedade capitalista se dá através da mais-valia. Para Marx, a acumulação primitiva de capital, possibilita algumas nações acumular capital e assim financiar os investimentos necessários para o desenvolvimento econômico.

Pode-se verificar que até então, o conceito de desenvolvimento nas ciências econômicas se dá através da ideia de acumulação de riqueza. Desenvolver, de acordo com Santos *et al* (2012), é sinônimo de acumular para depois distribuir. O autor discute ainda que para os teóricos neoclássicos, o desenvolvimento se alcança no decorrer do tempo pelo

espaço, em que todos terão o mesmo nível de progresso material, social e cultural dos países capitalistas. Mas podemos constatar que isso não ocorreu no decorrer dos anos, pelo contrário, o que há é uma distância entre os países ricos e os países pobres que se amplia cada vez mais. Percebe-se, portanto, que crescer é preciso, mas distribuir nem tanto.

Posteriormente a esse período, em 1929 ocorre a Crise do Sistema Capitalista, que ocorreu devido à superprodução. E com essa crise veio a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que alterou a realidade do mundo, criando assim uma nova ordem econômica, com as mudanças, vieram novos desafios e compromissos. E é nesse contexto que surge a Economia do Desenvolvimento, um campo de estudo que visa observar, descrever e explicar o desenvolvimento. Conforme Santos *et al* (2012) foram utilizados como base para a formulação de políticas públicas de muitos países. Os teóricos inicialmente que estudavam esse campo eram os estudiosos do pensamento anglo-saxão e do pensamento latino-americano da Comissão Econômica Para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL).

E por fim, nos anos 70 ocorre uma nova crise no sistema capitalista, que segundo Santos *et al* (2012, p. 49) foi “caracterizada pela combinação de baixa taxa de crescimento com altas taxas de inflação, a chamada estagflação.” E isso fez com que ocorresse mais críticas ao modelo de desenvolvimento por meio do crescimento econômico. E assim surge uma nova proposta de desenvolvimento, voltada para as questões relacionadas aos recursos naturais, visto também que são finitos.

É possível verificar que Smith, Ricardo e Marx, tinham interesse em explicar como se dava a riqueza de uma nação, o que fez com que originasse a teoria do crescimento, em que o desenvolvimento está relacionado com a evolução do sistema de produção, acumulação e progresso técnico. Mas como visto, originaram-se e aumentaram a pobreza e o subdesenvolvimento, e foram esses fatores que deram origem às teorias de desenvolvimento que buscavam relacionar desenvolvimento conforme as necessidades humanas fossem satisfeitas.

Esse debate tomou forma no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), mas foi com a CEPAL que a discussão e conceito a respeito de desenvolvimento social se expandiram. Dentre os autores que abordam essa nova teoria, podemos citar Myrdal, Hirschman, Amartya Sen, Prebisch, Furtado, Cardoso, etc. que discutem a questão do subdesenvolvimento para chegar ao desenvolvimento.

Amartya Sen (2010), em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*, analisa o desenvolvimento de uma forma que se contrapõe à visão de que desenvolvimento corresponde apenas a fatores como crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), rendas pessoais,

industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Esses fatores são relevantes e contribuem para a expansão das liberdades que os indivíduos possam usufruir, ou seja, o desenvolvimento deve estar relacionado com a melhora contínua da vida dos indivíduos e as suas liberdades devem ser fortalecidas.

Sen (2010) evidencia que o desenvolvimento depende de outras variáveis, além da industrialização, do progresso tecnológico e da modernização social, que seriam: o acesso a serviços de saúde e educação, os direitos civis, como exemplo tem-se a liberdade política. O progresso de uma sociedade deve ser analisado, a partir das liberdades que os indivíduos de uma sociedade desfrutam.

Para o autor, grande parte da população ainda sofre com privações de liberdade, dentre as quais se podem citar a questão da fome coletiva, a subnutrição, serviços de saúde, educação, saneamento, segurança entre outros tantos direitos básicos. E nesse ponto a liberdade se relaciona com o desenvolvimento a partir da eficácia. Pois a partir do momento que se tem a liberdade individual, a mesma influencia na liberdade global e favorece a oportunidades que as pessoas possam vir a ter resultados valiosos. Ela contribui para o progresso do desenvolvimento, ao passo que se obtêm uma melhora contínua individual.

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória. [...] A privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. (SEN, 2010, p. 17)

O que Sen (2010) quer nos mostrar, é que o papel da liberdade diz respeito ao modo como diferentes tipos de direitos e oportunidades, contribuem para a expansão da liberdade e assim para o desenvolvimento. Ou seja, a criação de oportunidades sociais por meio de serviços como educação pública, serviços de saúde podem contribuir para o desenvolvimento econômico e para a redução significativa das taxas de mortalidade, de pobreza, dos indicadores sociais. Além disso, quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria.

Piketty (2014) evidencia que a desigualdade está entranhada no capitalismo desde sempre, sendo uma lógica própria de sua reprodução e que está em constante movimento. Em seu livro “A Economia da Desigualdade” realiza uma discussão sobre a história da riqueza e da renda, fatores esses, relevantes em uma sociedade que busca o desenvolvimento. Realiza a

discussão a respeito de crescimento e progresso social. O autor retrata em sua obra que a oposição entre esquerda e direita discordam a respeito dos mecanismos econômicos e sociais que produzem a desigualdade. E somente uma análise profunda dos mecanismos possa contribuir para uma instauração de uma redistribuição justa.

Sendo assim, é importante abordar essa distinção entre crescimento e desenvolvimento, em que um não é sinônimo do outro. Pois como visto, o desenvolvimento não pode ser pensado somente através de questões econômicas, sociais, ambientais, mas deve ser discutido como a junção de todos esses elementos, buscando implantar ações que tenham como objetivo a evolução da sociedade.

Souza (2012) nos mostra que com os acontecimentos da história econômica não se deve confundir desenvolvimento com crescimento, porque crescimento diz respeito à quantidade e desenvolvimento diz respeito a mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das organizações e das estruturas produtivas. Não se deve confundir, por que

[...] a experiência tem demonstrado [...] que os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população. Mesmo que a economia cresça a taxas relativamente elevadas, o desemprego pode não estar diminuindo na rapidez necessária, tendo em vista a tendência contemporânea de robotização e de informação do processo produtivo. (SOUZA, 2012, p. 05)

Barbieri (2012) em seus estudos traz uma abordagem histórica a respeito do papel do Estado e da ligação entre o direito e a economia. Devido ao grande aumento como visto do subdesenvolvimento, pobreza e conseqüentemente desigualdade, é necessário que se crie mecanismos para diminuir essa problemática, e nesse quesito que o Estado passa a ser o agente regulador de toda a vida social, política e econômica do país.

De acordo com Leal (2010, p. 44), a relação entre a economia e o direito aumentou por volta do século XX, devido ao fato que

[...] o processo de exclusão social e da marginalização provocado pelo modelo de crescimento econômico, dissociado do desenvolvimento social que marca este momento de capitalismo, vai gerando uma série de mazelas sociais que precisam ser de alguma forma gerenciadas – mesmo que com paliativos governamentais. (LEAL. 2010, p. 44)

Sendo assim, é necessário que o Estado intervenha na economia através de ações para que haja o desenvolvimento e a melhor distribuição de riqueza. Pois de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2008, p. 05) “[...] a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade.” Mas para que isso ocorra o mesmo deve realizar ações e atuar em áreas como saúde, educação e meio ambiente. Para atingir resultados nessas áreas e ao mesmo tempo cumprir sua função, o governo se utiliza de Políticas Públicas.

Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade. [...] são a totalidade de ações e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. (SEBRAE. 2008, p. 05)

Dentro desse contexto, se encontra a pobreza e a desigualdade de renda, em que segundo Gabriel (2007), uma das estratégias executadas pelos governos ao combate da pobreza e da desigualdade é a realização de programas e políticas. Entretanto um dos desafios que tem sido encontrado é quanto ao direcionamento do acesso dos indivíduos que realmente se enquadram e precisam dessas iniciativas

Silva (2010) em seus estudos aborda a política de renda mínima, em que o governo intervém de forma direta na formação da renda das famílias, como exemplo, pode-se citar os programas de transferência direta de renda. Nesse contexto é criado o Programa Bolsa Família, que de acordo com Gabriel *et al* (2007, p. 10) “se tornou referência de política intersetorial, transversal e focalizada ao promover o acesso à renda de forma condicionada”. Aliada a transferência de renda, o programa buscar inserir os indivíduos aos serviços de saúde, educação e estimular a participação em programas que visem à emancipação dos mesmos, incentivando uma melhora na qualidade de vida da população que possui baixa renda.

O Programa Bolsa Família de acordo com Silva & Carvalho (2010), engloba como forma básica a transferência direta de renda às famílias mais pobres, esse tipo de política se enquadra aos Programas de Garantia de Renda Mínima (PGRM), que são caracterizadas pela transferência direta de renda e as condicionalidades que são impostas aos beneficiários. Além disso, o programa visa superar o dilema existente entre universalidade e focalização, “[...] na medida em que distribui o benefício a todas as famílias pobres (universalismo) ao mesmo tempo promove ações focalizadas, atendendo demandas específicas, registradas no Cadastro Único.” (GABRIEL *et al.* 2007, p.10)

2.3 PROGRAMAS SOCIAIS BRASILEIROS QUE CONSOLIDARAM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A pobreza é decorrente de um problema estrutural e após o Brasil passar por várias fases, foi a partir dos anos 90 que se encontrava diante de uma nova realidade. Ferraz (2008) aponta que esse foi um período de abertura ao capital externo e ao comércio internacional. Foi durante esse período que o país passou por um processo de estabilização econômica, a partir

do momento que conseguiu eliminar o conhecido “imposto inflacionário”, isso resultou em um impacto positivo sobre os níveis de pobreza e desigualdade.

De acordo com Licio (2002) esse foi o cenário propício para o desenvolvimento de programas de renda mínima e bolsa escola e outras políticas sociais com experiências inovadoras. Outro fator importante que ocorreu nesse período foi a Constituição Federal (1988), que trouxe muitos avanços para formação de mecanismos que visassem à proteção social das famílias e pessoas menos favorecidas.

São determinados em muitos artigos dessa legislação, os direitos sociais à educação, saúde, lazer, segurança, moradia, etc. E com base nisso, Ferraz (2008) evidencia que o Governo Federal, nos últimos anos tem desenvolvido uma série de programas que buscam proporcionar esses direitos, buscando erradicar a pobreza, diminuir as desigualdades e aumentar o bem-estar social.

Dentre os mecanismos e programas, podemos citar:

- 1) Bolsa Alimentação, que substituiu, em 2001, o Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais – ICCN, que buscava promover as condições de saúde e a nutrição das gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade com risco nutricional;
- 2) Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA foi criado em 2003 e era vinculado às ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional;
- 3) Auxílio- Gás: concebido para compensar os mais carentes pelos constantes aumentos de preço do botijão, era pago para famílias com renda *per capita* inferior a meio salário-mínimo;
- 4) Bolsa Família, criado para o desenvolvimento de ações articuladas e intersetoriais buscando racionalizar o uso dos recursos federais. Unificou os Programas bolsa Alimentação, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação e o Auxílio – Gás (FERRAZ, 2008, p. 21)

De acordo com Cacciamali *et al* (2010), os programas de transferência de renda, sob a ótica da teoria econômica, “proporcionam um efeito de renda puro na tomada de decisão das famílias, sobre o melhor aproveitamento de tempo das crianças, podendo escolher entre trabalho, educação e lazer. (CACCIAMALI *et al.* 2010 p. 272)” Os últimos se enquadram na classificação de bens de luxo, portanto a teoria econômica, conforme o autor, explica que o consumo aumenta mais que o proporcional com a elevação na renda familiar. Ou seja, conforme aumentam os ganhos das famílias, os seus integrantes poderão dispor de seu tempo para lazer e estudos, sem que isso prejudique sua subsistência, e isso afetaria consideravelmente na redução do trabalho infantil nas famílias mais pobres.

Os programas anteriores ao Programa Bolsa Família e que o consolidaram, foram criados no segundo mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), durante o período de 1999-2003. De acordo com Rocha (2005), esses programas que foram criados,

[...] podem ser entendidos como uma resposta do governo federal a diversas propostas de implantação de programas de transferência de renda, em face de um padrão de desigualdade de renda no país, que tem se mantido elevada e praticamente inalterada sob as mais diferentes condições econômicas de curto e longo prazos. (ROCHA, 2005. p. 156)

Antes da criação do PBF (2003), havia quatro programas de transferência de renda, que se unificaram e o consolidaram, os programas eram: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Todos possuíam órgãos responsáveis diferentes, os recursos também eram independentes e o banco de informações isoladas.

Devido à situação econômica do país nos anos 90, Licio (2002) aborda a alternativa que Camargo (1993) propôs no período, que seria a adoção de um programa que tinha como objetivo complementar a renda das famílias e isso vinculado à escolarização dos filhos e/ou dependentes que se encontrassem em idade escolar. A proposta inicial, antes de ser conhecido como Bolsa Escola, é que seria repassado um benefício no valor correspondente a um salário mínimo a toda família, sem depender da renda da família, mas as famílias deveriam ter filhos ou dependentes entre 5 e 16 anos, que estivessem matriculados e freqüentassem a escola pública e não existia um limite de renda *per capita* para a escolha dos beneficiários.

Esse programa ao estar vinculado com a educação, conforme Licio (2002) visava justamente romper à lógica apenas assistencial. Conforme a autora, o programa buscava diminuir em médio prazo, um dos principais fatores que geram a desigualdade social: o círculo vicioso da pobreza. Ou seja, devido ao fato da família ser pobre, os pais acabam obrigando a criança a não ir à escola, para poder trabalhar e ajudar no sustento da família. Isso faz com que essa criança quando cresça e se transforme em um adulto sem qualificações e um chefe de família pobre e isso se repetindo sempre, de geração a geração.

O **Programa Bolsa Escola** vem a ser um incentivo para as famílias manterem seus filhos na escola. É feito o repasse monetário para substituir a renda que seria gerada pelo trabalho realizado pelas crianças. O resultado seria o aumento no nível de escolaridade das crianças, das famílias mais pobres. Os fatores que combatem a miséria e a desigualdade que esse programa propõe são a “elevação da renda familiar, a educação e o acesso à cidadania.” (LICIO. 2002 p. 67)

Segundo a autora, foi em 2001 que o Programa Bolsa Escola Federal foi finalmente instituído, pela lei 10.219/2001, vindo a substituir o Programa de Garantia de Renda Mínima da Lei 9.533/97. Com essa substituição, trouxe uma série de inovações, a partir do momento que foi realizada uma revisão do Programa de Garantia de Renda Mínima. Os princípios básicos foram mantidos, ou seja, associar a renda mínima à melhoria educacional.

Os objetivos do Programa Bolsa Família são

“assegurar a permanência dos alunos mais pobres na escola e motivá-los a estudar e diminuir os ainda altos índices nacionais de evasão e repetência. [...] melhoria da qualidade de vida e da distribuição de renda, a recuperação da auto-estima das famílias e o desenvolvimento da cidadania.” (LICIO, 2002. p. 70)

Anteriormente ao Bolsa Escola, existia o Programa de Garantia de Renda Mínima, em que o governo federal era responsável por 50 % do repasse orçamentário para os municípios mais pobres, e os municípios entrariam com o restante, nem todos os municípios brasileiros eram contemplados. Uma das mudanças que ocorreu com a mudança do Programa, para Bolsa Escola, foi o repasse, em que o governo federal passou a responder por 100% dos recursos do programa. Os municípios ficariam responsáveis apenas pelo cadastramento e controle da frequência dos alunos.

O Programa Bolsa Escola em 2001 contemplaria todos os municípios brasileiros, mas a prioridade seria para os

3000 municípios de 14 estados que apresentaram os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), outro fator que priorizava era para os municípios que participaram do Programa de Garantia de Renda Mínima (lei 9.533/97) em 1999 e 2000 e os municípios que faziam parte do programa de distribuição de cestas básicas da Comunidade Solidária. (LICIO, 2002. p. 92)

O público alvo dessa política pública eram as famílias que tinham crianças com a faixa etária de 6 a 15 anos, com renda per capita inferior a R\$ 90,00, a preços e salários de 2001. O benefício varia de R\$ 15,00 a R\$ 45,00 por família, conforme o número de crianças, a preços de 2001. Para obter o benefício, segundo a autora, a criança deve ter 85% de frequência nas aulas. Para receber as famílias obtinham um cartão magnético de identificação da família cadastrada.

Já o **Programa Bolsa Alimentação**, conforme Licio (2002) foi instituído pela Medida Provisória n.º 2.206-1, de 06 de setembro de 2001. Este programa tinha como objetivo, segundo a autora, garantir alimentação às crianças carentes de 06 meses até 06 anos e onze meses de idade, além de mulheres grávidas ou que estivessem amamentando, para isso era feito um repasse mensal no valor de até R\$ 45,00 reais. A partir do momento que o município fosse incluído no programa, as famílias poderiam receber até três bolsas, ou seja, de R\$ 15,00 a R\$ 45,00 a preços de 2001.

Licio (2002) aborda as obrigações que deveriam ser cumpridas para que as famílias pudessem receber o montante, dentre elas pode-se citar: a realização de consultas de pré-natal; “participar de atividades educativas realizadas pela unidade de saúde; apresentar o registro de

nascimento da criança; manter a amamentação da criança (nutriz); pesá-la periodicamente e manter a vacinação da criança em dia.” (LICIO, 2002, p. 63)

Outro programa que faz parte dos programas que se integraram para formar o Programa Bolsa Família é o **Auxílio Gás**. De acordo com Santana (2007) esse benefício tinha como objetivo subsidiar a compra de botijão de gás para cozinha, destinado as famílias pobres. O público alvo são as famílias de baixa renda que conforme o autor estivesse inscritas no Programa Bolsa Escola e no Cadastro Único dos Programas Sociais.

A diferença em relação aos demais, é que ele não exige nenhuma contrapartida por parte da família beneficiária. O valor oferecido mensalmente às famílias é de R\$ 7,50, mas é pago a cada bimestre, conforme valores de 2001.

O último benefício que faz parte dos programas que se unificaram para formar o PBF é o Cartão Alimentação. Esse programa conforme Santana (2007) foi criado no governo Lula, visava assegurar a alimentação das famílias pobres. O valor do benefício, segundo o autor, era de R\$ 50,00 a preços de 2003 e juntamente com ele poderia se somar os outros benefícios que a família recebe. Esse benefício era obrigatório aplicar os recursos para alimentação da família, e o programa exigia como contrapartida que as famílias beneficiárias que possuíssem adultos analfabetos em sua composição, frequentassem cursos de alfabetização e cumprissem as contrapartidas específicas conforme cada região.

Cada um dos programas citados acima foi concebido de forma independente e assim eram mantidos. Cada programa tinha sua própria estrutura administrativa, sua forma de selecionar os beneficiários e os mecanismos para controle e repasse de recursos. E todas essas diferenças entre eles, fez com que surgisse ineficiência, dispersão e esforços sobrepostos que contribuíam para a perda de oportunidades.

Portanto, foi proposta a integração de ambos, para superar as limitações que os mesmos tinham de maneira isolada e para aperfeiçoar os mecanismos de gestão e assim o uso dos recursos seria racional. Essa integração, conforme cita Santana (2007), deveria estar apoiada em quatro alicerces, que seriam: “segurança alimentar, saúde, educação e cidadania participativa.” E assim surge o Programa Bolsa Família que será apresentado detalhadamente no próximo tópico.

2.3.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Em 2003 o Programa Bolsa Família surgiu. Conforme Ferreira (2015), o fator que atrapalhou a eficácia dos programas que o antecederam, era referente à existência de órgãos

distintos como responsáveis, os recursos eram independentes, e as informações eram desunidas. Sendo assim, o PBF veio unificar esses programas, buscando utilizar as vantagens dos mesmos, com uma gestão descentralizada e coordenada. E isso foi possível após a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em que se migrou os beneficiários dos antigos programas de transferência de renda, para um programa que integrasse todas as ações dos programas anteriores e atendesse as famílias compostas pelas diferentes necessidades.

De acordo com a Lei N.º 13.255 de 14 de janeiro de 2016, foi possível verificar que a estimativa da receita da União para o ano de 2016 era de R\$ 3.050.613.438.544,00 (três trilhões, cinquenta bilhões, seiscentos e treze milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e quinhentos e quarenta e quatro reais). Desse montante, de acordo com a Secretaria de Governo (2016) foi aprovado a destinação de R\$ 28,1 bilhões ao Programa Bolsa Família em 2016, correspondendo a 0,009% do orçamento total.

De acordo com Ferreira (2015), o PBF se beneficia do Cadastro Único como ferramenta de controle das informações. Para que fosse processada a integração, foi necessário algumas etapas operacionais serem cumpridas, que Brasil (2003) apud Santana (2007) nos apresenta como sendo: “a unificação do sistema de seleção de famílias; unificação do sistema de pagamento; unificação da gestão local; integração do Programa Bolsa Alimentação e do Programa Cartão Alimentação; implantação do Comitê Gestor Interministerial.” (BRASIL, 2003 apud SANTANA 2007, p. 06)

Conforme Ferreira (2015, p. 17), “[...] o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é o órgão responsável pela gerência do programa.” Ou seja, é responsável por “[...] estabelecer normas para a execução, definir valores de benefício, estabelecer o diálogo com os municípios, definir e acompanhar contrapartidas e estabelecer metas.”

Segundo Ferraz (2008), o PBF pretende reduzir a pobreza e a fome no Brasil. E para que isso ocorra é necessário que órgãos como Governo Federal, municípios, entidades, entre outros parceiros se unam.

[...] foi implantado em 2003, por meio da Medida Provisória n.º 132, de 20.10.03 que foi convertida na Lei 10.836.09.01.04, o Programa Bolsa Família (PBF), resultado da unificação de diversos programas formulados nos anos 2000 (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio – Gás). (FERRAZ, 2008. p.09)

O Programa Bolsa Família, como já evidenciado é um programa que visa à inclusão das famílias em atividades sociais como educação e saúde e, além disso, proporciona o

repassa monetário do benefício, conforme a composição familiar (número de pessoas, idades, presença de gestantes, etc.) e a renda da família beneficiária.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social (2015), o valor que a família recebe mensalmente, corresponde à somatória de vários tipos de benefícios que são previstos no Programa, como podem ser observados no quadro a seguir:

Quadro 1-Modalidades e Composição do Valor referente ao PBF repassado às famílias

Benefícios	Modalidades e distribuição	Valor
Benefício Básico	Pago apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 85,00)	R\$ 85,00
Benefícios Variáveis		
Benefícios Variáveis no valor de R\$ 35,00		
Benefício Variável Vinculado à criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos	- Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição. É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade	R\$ 39,00 para cada um (até cinco por família)
Benefício Variável Vinculado à Gestante	- Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição. Pagamento de nove parcelas mensais que só é pago se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde.	R\$ 39,00 para cada um (até cinco por família)
Benefício Variável Vinculado à Nutriz	- Pago as famílias com renda de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe. - O pagamento é realizado em seis parcelas mensais. Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida.	R\$ 39,00 para cada um (até cinco por família)
BENEFÍCIO VARIÁVEL NO VALOR DE R\$ 46,00		
Vinculado ao Adolescente	- Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição. É exigida frequência escolar dos adolescentes	Até dois por família
BENEFÍCIO PARA SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA		
Em valor calculado individualmente para cada família	- Pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 85,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa	
	- O valor do benefício é calculado de acordo com a renda e quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 85,00 de renda por pessoa.	

Fonte: Elaboração própria, dados do MDS, 2016.

Além da transferência de renda, o PBF busca reforçar o direito das famílias ao acesso a serviços básicos voltados a saúde, educação e assistência social e romper o ciclo virtuoso da pobreza.

As condicionalidades ou ações que devem realizar são a frequência escolar das crianças, vacinação obrigatória em dia e a comprovação de baixa renda. Caso a família não cumpra essas exigências, o benefício pode ser bloqueado ou suspenso. A seguir encontram se melhor explicitadas essas condicionalidades:

I) Comprovação de Renda familiar – Neste caso estão elegíveis para receber os benefícios do PBF, as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizada, em abril de 2014 pelo decreto n. 8.323, como àquelas que têm renda mensal per capita de até R\$ 154,00 e R\$77,00, respectivamente.

II) Comprometimento com a educação infantil – Todas as crianças adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

III) Comprometimento com a saúde – as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes) devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do recém-nascido. (FERREIRA E BORSEAU, 2015. p. 20)

Após ser realizada uma breve revisão sobre o surgimento do Programa Bolsa Família, no próximo item serão apresentados alguns estudos anteriores que trazem algumas contribuições e análises sobre o programa.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Para complementar o presente trabalho, será apresentado a seguir os objetivos, metodologia e os resultados que alguns autores tiveram na realização de seus estudos sobre o tema.

Na pesquisa de Pereira *et al* (2007), buscaram estudar a influência do Programa Bolsa Família na vida dos beneficiários de cinco municípios com IDH baixos conforme cada região, nesses municípios foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com grupos focais formadas por famílias beneficiárias ou não, além de ser realizadas entrevistas com os gestores e alguns informantes integrantes da sociedade civil. Com a pesquisa foi possível verificar que o Programa Bolsa Família possibilita a transferência de recurso monetário que é aplicado diretamente na economia local, para aquisição de alimentos, material escolar e vestuário infantil.

O estudo de Pereira *et al* (2007) evidencia ainda que a administração do orçamento doméstico das mulheres beneficiárias é significativo. Além de ter possibilitado a autonomia das mulheres beneficiárias.

Em relação a influência do programa na economia local, Knorek e Stroparo (2015) pesquisaram sobre as políticas sociais de transferência do Programa Bolsa Família no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR, analisando os montantes transferidos por meio do Programa Bolsa Família (PBF) para os municípios rurais que compõe o Território da Cidadania do Cantuquiriguaçu/PR, no período compreendido entre 2004 e 2013. Foram analisados os montantes transferidos do PBF, vinculados ao Programa Território da Cidadania, e a representatividade dessas transferências em relação às receitas dos municípios inseridos nesse território. Com a realização desse estudo foi possível constatar que houve um aumento significativo no montante transferido na modalidade bolsa família e que o programa está influenciando diretamente na economia local.

Brambilla *et al* (2013) buscou fazer uma análise espacial multivariada utilizando as variáveis taxa de pobreza e o benefício médio anual do PBF nos municípios do Paraná com os dados de 2004, 2008 e 2012. Para atingir o objetivo proposto, foi realizado como metodologia a Análise Exploratória dos Dados Espaciais, e assim identificar os coeficientes bivariados I de Moran, os gráficos de dispersão, mapas de significância e os mapas de clusters das variáveis dos municípios, com dados retirados tanto do IBGE, como do MDS.

Em seu texto Brambilla *et al* (2013) faz uma abordagem sobre a evolução das políticas sociais no Brasil e mostrou como o PBF funciona, qual o enquadramento, os benefícios, as condicionantes, etc. O autor apresenta também alguns autores que defendem e outros que criticam o programa, mas como visto há mais trabalhos que discutem a importância do Programa e as mudanças positivas que o mesmo proporcionou no país nos últimos anos, do que trabalhos que o criticam. Através desse estudo, foi possível concluir que houve incremento do benefício médio (PBF) em cidades com alto índice de pobreza e menor em cidades com menores índices de pobreza, como visto também houve uma expansão do programa no Estado, em que foi possível alcançar as regiões mais pobres do estado.

Já na pesquisa realizada por Fahel *et al* (2010) foi discutido os impactos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a matrícula escolar dos beneficiários entre 6 e 17 anos no estado de Minas Gerais. O método que os autores utilizaram na investigação foi o “Propensity Score Matching” que consiste na seleção e comparação de um grupo de controle e um grupo de tratamento, que se diferenciam em relação às variáveis observáveis, apenas no fato de receberem ou não o benefício. A pesquisa observou que o PBF de fato aumenta a matrícula

escolar dos beneficiários, principalmente dos adolescentes entre 15 e 17 anos, dos negros, dos moradores da área rural e das crianças e jovens do sexo masculino – grupos tradicionalmente com maiores taxas de reprovação e abandono.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

No presente capítulo será discorrido sobre a metodologia a ser utilizada para a obtenção e posteriormente análise dos dados desse estudo. Será abordado o delineamento da pesquisa, como se deu o procedimento de coleta de dados, especificando a população estudada e finalizando com os procedimentos de como será realizada a análise das informações e resultados obtidos.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto aos objetivos, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva, de acordo com Gil (2008, p. 28),

[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. [...] visam descobrir a existência de associações entre variáveis. Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação.

Gonçalves (2011) acrescenta que a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características do objeto de estudo. Sendo assim, é considerada como pesquisa descritiva, pelo fato que serão descritos primeiramente um panorama do Programa Bolsa Família em um bairro no município de Laranjeiras do Sul. E a partir dos questionários aplicados será possível descrever as características das famílias beneficiárias residentes no município, além de proporcionar uma comparação de como se dá a distribuição das famílias beneficiárias no bairro do município e identificar as principais necessidades do mesmo e a influência do programa na vida das pessoas.

Como se trata da análise em apenas um bairro de um município foi utilizado o estudo de caso, que de acordo com Yin (2005, p. 32) é um estudo “[...] que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade.” Gil (2008) evidencia também que o estudo de caso é considerado um estudo profundo de um ou poucos objetivos, e assim, é possível adquirir um conhecimento amplo e detalhado do assunto.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

A população que foi estudada reside no Bairro Presidente Getúlio Vargas, no município de Laranjeiras do Sul – PR. Para realização da presente pesquisa, foi utilizada a

metodologia baseada na abordagem tridimensional de estrutura- processo- resultado utilizada por muitos autores (Donabedian, 1990; Brito e Jesus, 2009; Pereira *et al*, 2007; Santos e Santos, 2007). Essa metodologia conforme Brito e Jesus (2009) têm como foco a eficiência, eficácia e efetividade, possibilitando a definição de estratégias e critérios para que se possa auferir a qualidade.

De acordo com Santos e Santos (2007), a *estrutura* considera características relacionadas ao provedor de serviços, contempla então os instrumentos, recursos, estruturas físicas e organizacionais. Já o *processo* diz respeito às ações realizadas pelos profissionais que estão envolvidos no cuidado dos beneficiários. E o *resultado*, é representado pelas mudanças que podem ser verificadas no estado de bem estar e melhora na qualidade de vida das famílias beneficiárias, ou seja, possibilita a avaliação do alcance dos objetivos para formulação do programa. Essa última dimensão contempla as mudanças que podem vir a ocorrer no comportamento, conhecimento e satisfação dos beneficiários. No presente estudo, no entanto, serão enfocados apenas os *resultados*, que representam as mudanças que ocorreram nas condições de vida dos beneficiários e que possam sofrer intervenção, semelhante ao trabalho de Pereira *et al* (2007, p. 03) Para obtenção dos dados foi realizada inicialmente a observação no local estudado, através de um roteiro estruturado, que se encontra no apêndice A. A metodologia mencionada será usada para caracterizar o ambiente em que as famílias beneficiárias se encontram além de identificar os resultados proporcionados pelo Programa Bolsa Família.

Em relação ao procedimento de coleta de dados, caracteriza-se como uma pesquisa documental e um estudo de campo. De acordo com Lakatos (2003, p. 174), na pesquisa documental “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se denomina fontes primária.”

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. [...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda não podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. [...] há documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, etc. [...] existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc. (GIL, 2008. p. 51)

Além disso, a pesquisa documental, de acordo com Lakatos (2003, p. 176), aborda dados que estão contidos em arquivos públicos, que podem ser municipais, estaduais e nacionais. Segundo a autora, dentre esses arquivos podem-se citar documentos oficiais como leis, ofícios, relatórios, etc., assim como, os documentos parlamentares como projetos de lei,

atas. Além disso, para obtenção dos dados, foram utilizadas teses, dissertações e informações disponibilizadas pelo poder público do município de Laranjeiras do Sul- PR. E é considerado um estudo de campo, porque conforme Gil (2008, p. 57),

os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. [...] estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes. [...] tende a utilizar muito mais técnicas de observação. (GIL, 2008, p. 57)

Além da observação realizada, também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com aplicação de questionários, realizados com: (a) Assistente Social, pois é o profissional responsável pela execução e controle do Programa Bolsa Família no município, acompanha as famílias, realiza entrevistas e faz a fiscalização. (Apêndice B)

Foram aplicados questionários às Agentes Comunitárias de Saúde (ACS). Há 38 ACS que atuam no município estudado, mas foram entrevistadas apenas 05, devido ao fato que somente esse número visita e acompanha as famílias no bairro estudado. Foram escolhidas elas como representantes civis, pois conhecem a rotina e realidade das famílias e do bairro em análise. (Apêndice C)

Também foram realizados questionários com os Representantes da área da educação (apêndice D); com comerciantes que comercializam alimentos que compõem a cesta básica localizados no bairro estudado e por serem considerados fonte de informação sobre a destinação dos recursos transferidos e a respeito do efeito da transferência de recursos no comércio local (apêndice E); e por fim, às famílias beneficiárias do PBF residentes no bairro em estudo (Apêndice F).

3.2.1 POPULAÇÃO

Em relação à população, o estudo será realizado com as famílias beneficiárias do PBF residentes no Bairro Presidente Vargas no município Laranjeiras do Sul - PR. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (2016), em novembro de 2016, o PBF beneficiou 1.120 famílias no município. Destas, de acordo com os relatórios da Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição (2016), em torno de 140 famílias residem no bairro Presidente Vargas, sendo esta a população estudada.

População é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Comumente fala-se de população como referência ao total de habitantes de determinado lugar. Todavia, em termos estatísticos, pode-se entender como amostra o conjunto de alunos matriculados numa escola, os operários filiados a um sindicato, os integrantes de um rebanho de determinada localidade, o total de

indústrias de uma cidade, ou a produção de televisores de uma fábrica em determinado período. (GIL, 2008, p. 089)

3.2.1.1 Amostra

De acordo com Marconi e Lakatos (2002), a amostra é uma parcela que foi selecionada do universo (população), ou seja, é um subconjunto do universo.

O presente estudo procurou estudar o bairro com maior contingente de famílias beneficiárias, ou seja, para isso utilizou o critério de amostragem intencional na escolha dos comerciantes, Agentes de Saúde e Gestores ou Responsáveis pelo programa e das famílias beneficiárias do PBF residentes nesta localidade. De acordo com Gil (2008, p. 94), a amostragem intencional, ou conhecida como por tipicidade corresponde “a um tipo de amostragem não probabilística que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.”

Em relação ao bairro, é considerada intencional, porque foi possível adquirir informações a respeito dos beneficiários junto ao Poder Público Municipal, através de dados obtidos do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e da Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição, informações essas que evidenciam a representatividade da população estudada.

Primeiramente foram selecionados os bairros que apresentam o maior número de famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza. Essa seleção ocorreu por triangulação de informações, ou seja, algumas informantes chaves (ACS, gestores e responsáveis pela gestão e execução do Programa no município) opinaram a respeito do bairro mais carente, com maior número de beneficiários em que houve concordância a respeito das regiões. E para a escolha do mais carente, dentre os dois, utilizou-se o fator: maior número de beneficiários, para isso foi utilizado dados do sistema disponibilizado pelo Ministério da Saúde, utilizado pela Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição (2016) em que é possível filtrar o número de famílias beneficiárias por bairro na zona urbana e por comunidades na zona rural.

Através das informações disponíveis na Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde, verificaram-se, num primeiro momento, que o bairro que possui maior número de famílias beneficiárias é o bairro São Francisco, estando o bairro Presidente Vargas em segundo lugar. O Bairro São Francisco é o maior do município a nível populacional, formado por muitos loteamentos e vilas. Mas ao considerar o número de famílias que residem no bairro e a proporção de famílias beneficiárias, pode-se concluir que o bairro Presidente Vargas é o que possui maior número de beneficiários no ano de 2016, ou seja, o mais representativo. E

isso pode ser visualizado no quadro 02 abaixo, em que 18,95% das famílias beneficiárias residem no bairro Presidente Vargas.

Quadro 2-Distribuição das famílias beneficiárias nos bairros com maior contingente de famílias beneficiárias no primeiro semestre de 2016 em Laranjeiras do Sul-PR

Bairro	Número de Famílias residentes/ domicílios	Número de famílias beneficiárias do PBF	Proporção do n° de famílias beneficiárias/ total de famílias
Presidente Getulio Vargas	760	144	18,95%
São Francisco	2187	222	10,15%
Total Municipal		1220	100%

Fonte: Elaboração Própria, 2016.

No intuito de desenvolver uma análise sobre a avaliação que os beneficiários do Programa Bolsa Família fazem sobre o programa e a eficácia do mesmo, foi elaborado questionários com perguntas abertas e fechadas para facilitar na coleta das informações. Foram entrevistadas quarenta e oito famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes no bairro Presidente Vargas, escolhidas aleatoriamente. Além disso, foram entrevistadas cinco agentes de saúde, porque são as que visitam o bairro estudado, um gestor de assistência social, um representante na área da educação e três comerciantes.

3.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

O procedimento utilizado nesse estudo se caracteriza como predominantemente qualitativo. De acordo com Dalfovo *et. al.* (2008) a abordagem qualitativa descreve a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos. Gil (2008) evidencia que esse procedimento é característico pela ausência de instrumentos estatísticos na análise.

As entrevistas foram transcritas para facilitar a análise. Os questionários foram tabulados e analisados com o software Sphinx (Demo V 5), além de gerar gráficos e tabelas, foi utilizado o Windows Excel 2007, para condensar as informações. A coleta de dados ocorreu em dezembro de 2016 e janeiro de 2017.

3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

As principais limitações encontradas na presente pesquisa referem-se à aplicação dos questionários. Algumas pessoas ficavam receosas em responder as perguntas, visto que durante o presente ano foram realizados cortes no número de beneficiários do município. Isso as fazia crer que a pesquisa poderia proporcionar a desvinculação das mesmas do programa. Questões voltadas à renda familiar, número de integrantes e atividade que exercem geraram certas dúvidas quanto às respostas.

Outro ponto, em relação à aplicação dos questionários, foi identificar onde as famílias residiam, pois as Agentes de Saúde do bairro estudado, se encontravam de férias. Na área da educação, houve dificuldades para responder as perguntas, visto que, não é realizado um acompanhamento das crianças, e sim apenas um relatório de frequência e matrícula. Portanto a responsável pelos dados da educação informou que não poderia participar da pesquisa por não conhecer ou ter informações suficientes sobre o tema.

E por fim, outro limite é porque não há dados a respeito do número de domicílios por bairro no município, portanto, se fez necessário a utilização de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde. A problemática é as divisões das áreas de abrangência por Estratégia da Saúde da Família (ESF), conhecidos como postos de saúde, que é divergente da divisão territorial do município. Ou seja, alguns postos de saúde atuam em bairros que não se enquadram em sua área de atuação, caso a localização fosse realizada pela divisão municipal. Complementando a problemática, nem todas as famílias ou domicílios estão em sua totalidade cadastrada no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o que dificulta o cálculo da proporção, pois é necessário fazer por aproximação dos valores.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos por meio dos procedimentos utilizados. Primeiramente, apresenta-se uma contextualização da região estudada; seguida da apresentação e análise das respostas colhidas para as perguntas elaboradas, em que iniciará com a descrição da observação do ambiente analisado, seguido das informações colhidas com os gestores, responsáveis civis, comerciantes e famílias beneficiárias e posteriormente um tópico em que será apresentada a visão de todos os entrevistados a respeito de algumas perguntas-chaves.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL E DO BAIRRO ESTUDADO

O município de Laranjeiras do Sul está situado na Região Centro Oeste do Paraná. De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2016) é um dos municípios integrantes do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, a população estimada para 2016 era de 32.228 habitantes. A principal atividade econômica do município, que gera novas oportunidades e desafios ao desenvolvimento é voltada para a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.

De acordo com dados obtidos junto ao poder público municipal e ao Ministério do Desenvolvimento Social (2016), em outubro do ano em estudo, o total de famílias inscritas no Cadastro Único era de 3.129, dentre as quais: 548 possuem renda per capita familiar de até R\$ 85,00; 811 famílias possuem renda per capita entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; 1.111 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo e 659 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo.

De acordo com os dados dos Relatórios de Informações Sociais do PBF e Cadastro Único disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (2016), o número de famílias beneficiárias a nível municipal em dezembro de 2016 era de 1.120. Sendo assim, é possível verificar que o PBF possibilitou a cobertura de aproximadamente 48,2% das famílias pobres do município. E o valor médio do benefício monetário recebido é de R\$ 133,24. Em dezembro de 2016, o valor total que o governo federal transferiu às famílias foi de R\$ 149.233,00.

Tendo em vista a amostra intencional era de se prever que o bairro estudado apresentasse fatores que o caracterizassem como de pobreza e extrema pobreza. Como

observado, o bairro possui transporte coletivo sendo de empresa privada. Há no bairro também uma Unidade Básica de Saúde (UBS), conhecido também como posto de saúde, em que há atendimento de duas ESF. A equipe de atendimento da ESF Presidente Vargas é composta por: um médico, uma enfermeira, um dentista, uma técnica em enfermagem e cinco ACS. O auxiliar administrativo, uma zeladora e um vigia, são profissionais que compõem as duas ESF que se localizam nessa UBS. A seguir pode ser visualizada a figura 01, correspondente a imagem da Unidade Básica de Saúde localizada no bairro Presidente Vargas:

Figura 1- Imagem da Unidade Básica de Saúde localizada no bairro Presidente Vargas em Laranjeiras do Sul – PR, no ano de 2016.



Fonte: Elaboração Própria, 2016.

O bairro estudado possui ainda uma escola de ensino fundamental que atende a crianças matriculadas de pré- escola a quarta série. Há ruas com pavimentação asfáltica ou calçamento, mas também se pode observar a predominância de ruas de chão batido, conforme pode ser visualizado na figura 02 a seguir.

Figura 2- Imagens das ruas existentes no Bairro Presidente Vargas do município de Laranjeiras do Sul - PR, em 2016



Fonte: Elaboração Própria, 2016.

Há iluminação pública e fornecimento de água, em que em alguns lugares é precária ou inexistente e não há esgoto, somente fossas sépticas. Foi possível verificar a existência de muitos estabelecimentos comerciais (mercadinhos, panificadoras, bares e botequins), dos quais foram entrevistados somente três, por comercializarem produtos integrantes da cesta básica, locais estes onde as famílias adquirem seus produtos.

De acordo com dados obtidos junto ao NASF e a Secretaria Municipal de Saúde (2016), o bairro possui aproximadamente 760 famílias residentes, das quais 144 são beneficiárias do programa Bolsa Família. Para uma melhor compreensão a respeito dos beneficiários do programa serão apresentados a seguir os dados obtidos através das entrevistas realizadas com os responsáveis pelo programa nas áreas de saúde, educação e assistência social no bairro e a nível municipal, com os comerciantes e com as próprias famílias beneficiárias.

4.2 ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOB A ÓTICA DOS RESPONSÁVEIS CIVIS (ACS), GESTORES E RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO E BAIRRO ESTUDADO

Além da observação no local estudado, fez-se necessário entrevistar os gestores e responsáveis pelo programa a nível municipal e as Agentes Comunitárias de Saúde, para que assim fosse possível obter dados e informações do funcionamento do Programa e das famílias beneficiárias.

Foi entrevistado o Assistente Social e 05 Agentes Comunitárias de Saúde. O primeiro é responsável pelas ações do Programa Bolsa Família a nível municipal e ACS são as responsáveis pelo acompanhamento das famílias. O assistente social é funcionário público e atua no setor há 14 anos e isso faz com que conheça as especificidades das famílias beneficiárias. A equipe que fiscaliza e é responsável pelo programa a nível municipal é composta por quatro profissionais.

A entrevista com o Assistente Social ocorreu antes da pesquisa com as agentes de saúde, comerciantes e famílias beneficiárias, pois o Assistente Social seria um dos informantes-chaves na identificação dos bairros com maior número de famílias de baixa renda e beneficiárias. Ao ser questionado a respeito do bairro com maior número de famílias pobres e beneficiárias, o mesmo informou que seriam os bairros São Miguel e Presidente Getúlio Vargas. Ao ser analisado o dado municipal dos bairros constatou-se que “São Miguel” é apenas um loteamento que compõe o bairro São Francisco. Ou seja, o bairro São Francisco a nível territorial e populacional é o maior do município, mas se comparado o número de domicílios e o número de famílias beneficiárias, foi possível constatar que Presidente Vargas é proporcionalmente maior.

O cadastramento das famílias ocorre na seguinte sequência: Primeiramente as famílias procuram as Agentes de Saúde e solicitam um encaminhamento para irem ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Ao chegarem ao CRAS é agendado um dia em que devem levar todos os documentos de todos os residentes do domicílio e realizar a entrevista junto ao Assistente Social. Após ser feita a entrevista e realizado um cadastro interno, é realizada a visita de outro assistente social na residência da família, para verificar se as informações correspondem às informadas no dia da entrevista. Caso sejam verdadeiras, é feito o Cadastro Único da família, para depois serem incluídas no programa. Para se enquadrarem ou serem beneficiárias, o único requisito é se enquadrar na renda e para permanecer no programa devem realizar as contrapartidas ou condicionalidades.

A respeito das condicionalidades, o mesmo informou que as famílias de modo geral, apresentam relutância, e a área que isso pode ser mais bem visualizado é na área da educação. Esse fator pode ser verificado e complementado com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social (2016) sobre Laranjeiras do Sul – PR no ano de 2016,

O acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de julho de 2016, atingiu o percentual de 97,3%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 1.351 alunos acompanhados em relação ao poder público no perfil equivalente a 1.389. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 79,9%, resultando em 238 jovens acompanhados de um total de 298. (Ministério do Desenvolvimento Social, 2016)

De acordo com o assistente social *“falta domínio na escola, as faltas geram falta de controle.”* Quando as faltas escolares ultrapassam o limite adequado, o benefício monetário é suspenso, e o conselho tutelar é acionado. Para que voltem a receber o auxílio financeiro, devem fazer acompanhamento com o psicólogo que integra a equipe responsável pelo PBF. Após participar das atividades solicitadas, a família volta a receber o benefício.

Na área da saúde, o mesmo informou que o acompanhamento é mais intenso. Há alguma relutância em relação às consultas de pré-natal e/ou vacinas, mas as mães acabam fazendo depois de muita insistência e isso pode ser verificado nos relatórios do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e no Relatório Integrado do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2016), em que

[...] o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de junho de 2016, atingiu 100%, percentual equivale a 991 famílias de um total de 991 famílias que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município. (MDS, 2016)

Mesmo havendo acompanhamento de todo o público alvo na área da saúde, é necessário ressaltar que há certa relutância, por parte das mães realizarem o pré-natal e levarem as crianças na pesagem e manterem as vacinas em dia. A Secretaria de Saúde mensalmente deve fazer o acompanhamento físico das crianças, desde o primeiro mês de vida até os sete anos. Para isso, as agentes de saúde fazem busca ativa na área de atuação. Portanto o acompanhamento da condicionante saúde do PBF deveria ser realizado mesmo que o programa não existisse, ou que não fosse uma de suas condicionalidades. Isso faz com que o controle e a fiscalização sejam mais intensos nessa área. O fato de já existir esse acompanhamento via Secretária de Saúde, não significa que o PBF não possui sua importância nessa área. O mesmo vem a contribuir nos bons resultados obtidos.

Quando questionado a respeito do acompanhamento das condicionalidades, o mesmo informou que é realizado. Na área da saúde é feito mensalmente através das vacinações,

consultas de pré-natal e consultas de puericultura ou pesagem. O relatório do acompanhamento nutricional familiar é repassado ao Ministério através de relatórios a cada semestre. Já em relação à educação, o acompanhamento ocorre bimestralmente, através do acompanhamento da frequência escolar para os menores de 15 anos e 11 meses, em que devem ter 85% de frequência e aos adolescentes com idade entre 16 a 18 anos devem ter 75 % de frequência.

Foi questionado a respeito da realização de atividades sócio-educativas como reuniões, encontros e capacitações e o mesmo informou que não ocorrem atividades desse gênero com as famílias. Essa informação vem ao encontro das informações repassadas pelas Agentes de Saúde e isso pode ser verificado na tabela 01 abaixo que apresenta as informações obtidas através das entrevistas realizadas com as cinco Agentes de Saúde:

Tabela 1-Realização de atividades ou Capacitações com as famílias beneficiárias do bairro estudado em 2016

Variável	Nota	%
Reuniões com as famílias		
Sim	00	0,0%
Não	05	100%
TOTAL OBSERVADO	05	100%

Fonte: Elaboração Própria, 2016.

De acordo com as respostas obtidas tanto pelo gestor responsável pelo PBF a nível municipal como pelas ACS, os motivos para a não realização de atividades seriam: a falta de funcionários ou equipe técnica para realizar as atividades e acompanhamento familiar, falta de recursos monetários e equipamentos. Há um acúmulo de demandas, pois a equipe é responsável pelas atividades voltadas para área de assistência social do município todo, não sendo exclusivas às famílias beneficiárias. A quantidade de recursos humanos ou mão de obra disponível para o trabalho é reduzido perante a alta demanda, sendo esse um dos pontos que o Estado deve analisar e buscar estratégias para solucionar essa problemática.

A respeito das mudanças em termos de acesso ao mercado de trabalho por parte dos beneficiários, tanto o gestor municipal como as agentes de saúde informaram que através das entrevistas e visitas, percebem que há certo receio de perderem o benefício caso forem registrados.

Eles têm medo de serem registrados e perderem o benefício, não conseguem quantificar as melhorias ou os direitos que possuem se forem registrados, ou estiverem trabalhando formalmente, se comparados ao benefício. E hoje infelizmente, a participação em cursos profissionalizantes ou atividades do gênero não são obrigatórias (Assistente Social, 2016).

Outro fator relevante citado pelas agentes de saúde, a respeito das mudanças em termos de acesso dos beneficiários ao mercado de trabalho, é o fato de possuírem baixa escolaridade e não possuírem qualificação conforme demanda do mercado de trabalho, sendo esses os fatores principais que impossibilitam a entrada ao mercado de trabalho.

De acordo com o gestor municipal, quem utiliza o cartão deve ser apenas a responsável familiar, após o recurso estar em mãos, à família decide em que aplicar. Normalmente utilizam para adquirir alimentos e vestuário. A respeito da destinação dos recursos, o mesmo informou que o destino do recurso não é imposto, ou seja, a família pode aplicar ou gastar com o que necessitar ou quiser.

Na maioria dos casos, é a mulher a responsável familiar, segundo o assistente social, compreende-se que em tese a mulher não abandona os filhos, os índices para que isso ocorra são menores se relacionados ao homem. Quando questionado a respeito da eficiência do programa ao combate à pobreza, o mesmo respondeu que “[...] é uma forma boa de transferir renda para a população mais pobre, mas que ainda precisa de ajustes”. Informou ainda que o programa mantém as crianças na escola, proporciona uma melhora na educação das mesmas,

[...] mesmo que não haja uma condicionalidade a respeito do rendimento educacional, as crianças melhoram o ensino, porque de uma forma ou de outra, devem ir à escola, estão presentes na aula e acabam absorvendo direta ou indiretamente o conhecimento que está sendo aplicado. (Assistente Social, 2016).

Além disso, possibilita melhorias na saúde tanto das crianças como das gestantes, pois devem ter as vacinas em dia e acompanhamento do desenvolvimento corporal, através das consultas e pesagens, evitando assim que contraíam certas doenças. E isso pode ser visualizado através das respostas obtidas nas entrevistas realizadas com as agentes de saúde, conforme pode ser verificado na tabela 02 a seguir:

Tabela 2-Características e informações a respeito da condicionalidade do PBF na área da Saúde

Indicadores	Total	
Frequência ao posto de Saúde	N	%
Sim	05	100%
Não	00	0,0%
Membro que mais frequenta		
Criança	03	60,0%
Idoso	01	20,0%
Mãe	04	80,0%
Outros	00	0,0
Serviço que mais utiliza no posto		
Pesagem	04	80,0%
Vacinação	00	0,0%
Outros	01	20,0%
Acompanhamento do Peso		

Sim	05	100%
Não	00	0,0%
Vacinas em Dia		
Sim	05	100%
Não	00	0,0%
Melhora a Saúde das Gestantes e Crianças		
Sim	05	100%
Não	00	0,0%

Fonte: Elaboração Própria, 2016.

Ressalta-se que as informações apresentadas na tabela 02 acima, correspondem a perguntas que foram realizadas as 05 Agentes Comunitárias de Saúde que acompanham as famílias que compõem a amostra estudada. Em relação à variável “membro que mais freqüenta o posto de saúde”, pode-se verificar que o somatório da nota é superior a 05 (quantidade de ACS que responderam as questões) e isso se deve ao fato de ser uma questão com respostas múltiplas.

As mudanças que se fazem necessárias que tanto ACS (05) como Assistente Social citaram, são: intensa fiscalização, com maior número de profissionais e disponibilidade de recursos para realizar tal atividade. Além disso, deveria ser inclusa mais uma condicionalidade na área de educação, que seria a respeito do rendimento educacional das crianças e adolescentes, ou seja, não deveria apenas frequentar à escola, mas deveriam mostrar os resultados dessas frequências através de seu aprendizado. Outra mudança seria a inclusão de uma condicionalidade em que os responsáveis familiares participassem de cursos de capacitação profissional oferecidos pelo CRAS ou município, aumentando o incentivo à geração de renda e trabalho. Atualmente a participação em cursos profissionais não é obrigatória. O governo municipal oferece cursos, mas a presença dos beneficiários é baixa, sendo que alguns não possuem interesse em participar.

Atualmente o município não possui outros programas ou políticas que além de transferir renda, possibilitem uma melhora na qualidade de vida das pessoas. O assistente social evidencia ainda que mesmo com falhas, o programa apresentou resultados e isso pode ser verificado pela redução no número de beneficiários se comparado aos primeiros anos.

“Houve redução em mais da metade dos beneficiários e isso ocorreu em virtude da melhora da situação econômica do país como um todo, até meados do ano passado. E também pelo cruzamento das bases de dados do governo federal com o cadastro único, auxiliando na identificação de omissão de informações no cadastro”.
(Assistente Social, 2016)

Essas melhorias podem ser complementadas com as informações obtidas das entrevistas das ACS, em que para elas, o PBF é um programa bom, porque proporciona às famílias a aquisição de alimentos, e outros produtos. Além disso, há casos que a família

possui apenas esse rendimento e caso não existisse, a família estaria em maior vulnerabilidade social.

De acordo com as ACS, o valor monetário repassado mesmo sendo necessário, não é suficiente, pois o montante é baixo se comparado as despesas que as famílias possuem, e “[...] *não depende só da renda para ter uma boa qualidade de vida*” (ACS, 2016). É possível verificar, portanto, que a análise tanto do gestor como das ACS se complementam.

O programa possui boas intenções, mas ainda não é suficiente para erradicar a pobreza e melhorar a qualidade de vida das famílias. É possível verificar melhorias, mas também alguns problemas, como por exemplo, no que diz respeito à omissão de informações, por parte das famílias, por medo de perderem o benefício ou casos em que citaram o comodismo. Em relação ao comodismo ou “efeito-preguiça”, Oliveira e Soares (2013) evidenciam que

quando se encontra algum efeito deste tipo, é pequeno, localizado em grupos nos quais é menos indesejado socialmente e incapaz de compensar os benefícios da política e sua excelente focalização. [...] programas de transferência de renda são eficazes em reduzir a oferta de trabalho das crianças e, também, o número destas que não estudam e não trabalham. (OLIVEIRA e SOARES. 2013, p. 57)

Para Oliveira e Soares (2013, p. 58), os programas que transferem renda impactam de forma reduzida no mercado de trabalho. Dentre os impactos citados pelos autores, apresenta-se:

“[...] a redução da jornada de trabalho das mães e o aumento na probabilidade de trabalho para certos grupos. Esses impactos acabam sendo considerados positivos ou não necessariamente ruins, visto que há redução do trabalho infantil e afastamento de atividades precárias. (OLIVEIRA e SOARES, 2013, p. 58)

De acordo com as ACS entrevistadas, há casos que foram citados de famílias em que o Programa Bolsa Família beneficiou em momentos de crise e dificuldades, mas que as famílias conseguiram se superar e melhorar a qualidade de vida. Há casos ainda que se a família não fosse beneficiária, estaria em grave estado de vulnerabilidade social. Além disso, as ACS evidenciaram que na maioria dos casos o recurso é usado principalmente para alimentação, em que os produtos adquiridos são integrantes da cesta básica, como feijão, arroz, farinha de milho, óleo, etc. e a carne que é consumida uma vez por semana.

No quesito educação foi realizado uma conversação com a responsável pelas informações, profissional que realiza atividades na Escola Municipal Teotônio Vilela, pertencente ao bairro em que foi retirada a amostra estudada. Foi apresentado à mesma o questionário que se encontra no Apêndice D, mas a mesma informou que não poderia responder, pois não conhecia a fundo o Programa. A atividade que desenvolve é apenas lançar no sistema os relatórios da frequência escolar. Informou que não é feito diferenciação de

crianças beneficiárias ou não beneficiárias e que o procedimento em relação à frequência escolar realizado é o mesmo para todas as crianças. Ao serem lançados os dados no sistema, ele automaticamente sinaliza os casos em que as crianças alcancem 06 faltas no bimestre. Quando isso ocorre o benefício é bloqueado e a família é encaminhada ao Conselho Tutelar e ao Centro de Referência em Assistência Social.

Além disso, através da pesquisa tanto com as Agentes Comunitárias de Saúde como com o Assistente Social, ambos profissionais relataram que o programa possui intenções boas, mas como visto precisa de mudanças, e evidenciaram que mesmo que haja condicionalidades para serem beneficiárias e sair da situação de vulnerabilidade social, é necessário pensar no acesso que deve ser viabilizado. Ou seja, como verificado através dos responsáveis, o acesso as políticas de educação e saúde ainda são insuficientes para a população, porque muitas vezes não há vagas para as crianças nas escolas, tendo que recorrer a bairros distantes de suas residências, o atendimento na UBS muitas vezes é falho, devido à falta de profissionais ou até mesmo medicamentos e instrumentos necessários para trabalho. O sistema é falho nesse quesito, pois impõe condicionalidades às famílias, mas o poder público nem sempre está pronto para cumprir algumas ações perante a população.

4.3 ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VISÃO DOS COMERCIANTES

Os dados apresentados referem-se à pesquisa realizada com os comerciantes do bairro Presidente Getúlio Vargas, que são os próprios donos dos estabelecimentos, o que de certa forma favoreceu a veracidade da realidade das informações coletadas no trabalho.

No bairro estudado, há cerca de 10 (dez) estabelecimentos comerciais, mas destes, apenas 03 (três), comercializam produtos em geral, o restante são bares, botequins e uma panificadora, locais que comercializam somente doces, bebidas e panificados. A pesquisa com os comerciantes foi realizada nos três estabelecimentos que comercializam produtos em geral, todos se localizam no bairro estudado, nas ruas centrais do bairro, local de fácil acesso a todos os residentes da região. Os comerciantes foram abordados no horário de atendimento aos clientes, o que proporcionou uma observação da dinâmica de cada comércio.

Dos três comerciantes, apenas um atua há dois anos aproximadamente na localidade, o restante atua há cerca de 20 anos. As perguntas direcionadas a eles tinham como objetivo identificar características do próprio local, como por exemplo: produtos comercializados no estabelecimento, formas de pagamento, tratamento das famílias beneficiárias ou não beneficiárias, possibilidade de diferenciação de quem é beneficiário e quem não é,

mantimentos adquiridos pelas famílias beneficiárias, e perguntas relacionadas ao programa, como por exemplo: o destino da transferência monetária, qual o efeito do programa no comércio local, mudanças visualizadas na vida das famílias após a inclusão no programa, mudanças que se fazem necessárias no programa e resultado das condicionalidades.

Em relação ao que é comercializado no estabelecimento, pode-se visualizar no gráfico 01 que todos comercializam produtos alimentícios, material escolar e bebidas.

Figura 3-Gráfico dos Produtos comercializados nos estabelecimentos comerciais localizados no bairro Presidente Vargas, em Laranjeiras do Sul- PR no ano de 2016.



Fonte: Elaboração própria, dados de 2016.

Apenas dois estabelecimentos comerciais que, além de alimentos, material escolar e bebidas, informaram que comercializam produtos de utilidade doméstica e peças para construção.

Todos os comerciantes trabalham com pagamento à vista, os comerciantes 01 e 02 aceitam cheque, apenas o comerciante 01 aceita cartão de débito ou crédito além de ter um cartão interno do mercado. O estabelecimento comercial 03 informou ser o único a trabalhar com pagamento somente em espécie, o que de certa forma o prejudica em relação aos demais que possuem várias formas de pagamento, mas salientou que mesmo usando apenas uma forma de pagamento, ainda obtém margem de lucro. Informou também que para um ou outro cliente, que já possui confiança, deixa anotado em um caderno, mas por poucos dias. A tabela 03 evidencia como se dá a distribuição das formas de pagamento nos três estabelecimentos comerciais.

Tabela 3-Formas de pagamento utilizadas no comércio no bairro estudado em Laranjeiras do Sul - PR, ano de 2016

Variável	Nota	%
Formas de Pagamento		
A vista	03	100%
Parcelado	00	0,0%
Cheque	02	66,7%
Cartão débito/Crédito	01	33,3%
Boletos	00	0,0%
Outro	03	100%
TOTAL OBSERVADO	3	

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Em conversa com os comerciantes, outra informação importante que eles destacaram, é que já houve várias vezes casos dos beneficiários ofertarem o cartão do benefício, como garantia para poderem comprar, mas segundo os mesmos, nunca foi aceito. Todos confirmaram que é possível diferenciar as famílias que são beneficiárias das que não são, pois “(...) normalmente se identificam e informam que são beneficiárias, talvez para tentar facilitar a compra.” (comerciante 03). A comerciante 02 ainda acrescenta que algumas famílias, mesmo não informando que vão adquirir os produtos porque são beneficiárias, é possível confirmar, porque são famílias muito pobres e de baixa renda.

Todos os comerciantes informaram que a maioria das famílias adquire mantimentos em seus estabelecimentos, porque fica próximo de suas residências, encontram os produtos básicos que necessitam, são pessoas de baixa renda, que nem sempre se deslocam de sua localidade, para irem aos grandes mercados no centro. Quando questionado a respeito dos produtos que mais comercializam para as famílias, os comerciantes informaram que vendem alimentos integrantes da cesta básica, material escolar e, em poucos casos, bebidas.

Mas quando questionados a respeito da destinação dos recursos, o comerciante 01 informou que “[...] 50% é direcionado para aquisição de alimentos e 50% mal administrado” (comerciante 01). Já a comerciante 02, informou que a destinação dos recursos monetários se dá apenas para alimentação e para pagar despesas como água ou vestuário das crianças. E o comerciante 03 informou que as famílias utilizam para adquirir mantimentos alimentícios e que apenas uma ou outra família adquire bebida alcoólica, mas que não há como comprovar que consomem com o recurso do benefício.

De acordo com o comerciante 03 o valor para algumas famílias é muito baixo, fazendo com que as mesmas economizem o máximo para durar o mês todo. Informou que conhece casos de famílias que o homem trabalha no corte de erva ou como boia fria, e com o valor que

recebe do trabalho compra parte dos alimentos que precisam, e o recurso proveniente do benefício é reservado pela mulher para comprar carne uma vez por semana, ou farinha de biju, fubá, e demais mantimentos básicos ao longo do mês.

Ao serem questionados sobre quais alimentos que adquirem, os comerciantes informaram que apenas os itens básicos, como: feijão, arroz, óleo, farinha de milho e se sobrar dinheiro após terem pegado o principal, compram carne, das mais baratas, como dorso de frango, fígado de gado, etc. Na tabela 04 abaixo é possível verificar que o recurso é destinado para aquisição de alimentos, vestuário e outros itens, como pagamento de água e gás e vícios.

Tabela 4- Destinação dos recursos monetários do PBF pelas Famílias Beneficiárias residentes em Laranjeiras do Sul - PR, 2016.

Variável	N	%
Destinação dos recursos		
Alimentos	03	100%
Medicamentos	00	0,0%
Vestuário	01	33,3%
Educação	00	0,0%
Outros	02	66,7%
TOTAL OBSERVADO	3	

Fonte: Elaboração Própria, 2016.

Todos os estabelecimentos informaram que tratam as famílias tanto beneficiárias como não beneficiárias da mesma forma, são todos clientes. Dentre as mudanças que observaram após as famílias passarem a ser beneficiárias, informaram que possuem condição de adquirir itens a mais, um deles sendo a carne, uma roupa para as crianças, algum doce que as crianças pedem. Além de que, segundo os mesmos, a condição de vida das famílias melhorou mesmo que em alguns casos utilizem uma porcentagem do montante com vícios. De acordo com o comerciante 01, o dinheiro está sendo injetado nas famílias, que antes não tinham renda ou tinham muita pouca renda e proporcionou às mesmas o aumento do consumo e isso faz o dinheiro ter um giro, principalmente nos pequenos estabelecimentos, fazendo com que se mantenham ativos no mercado.

E essa informação complementa a questão a respeito do efeito que o recurso possibilita no comércio local. Todos os comerciantes informaram que o benefício gera um efeito positivo, pois era uma renda que as famílias não possuíam, gerando um efeito dominó sobre o comércio local, o montante é investido no comércio. “[...] se o governo não investisse nas famílias de baixa renda, mas investisse, por exemplo, nas grandes empresas monopolistas, essa distribuição não ocorreria, não haveria essa pulverização no comércio local.” (Comerciante 02).

Na opinião dos comerciantes a mulher é a responsável familiar ou titular do cadastro e do cartão, devido ao fato de serem mais responsáveis pela organização do lar e por ficar mais em casa sabe o que a família precisa. Além de que, conforme eles informaram, em algumas famílias, os homens poderiam gastar o valor com vícios e faltaria para as necessidades familiares. O comerciante 01, acrescentou que em sua opinião deveria ser o casal responsável pelo cadastro, não somente a mulher. O homem deveria ser porque normalmente é o chefe do lar, em que trabalha enquanto a esposa cuida do lar e das crianças. Outro motivo apresentado para serem os dois é porque há famílias em que o casal trabalha e isso seria um complemento, pois ambos são responsáveis pela família e ambos de forma conjunta decidem como o montante deve ser usado.

Todos os comerciantes afirmaram, que de certa forma o Programa Bolsa Família, tem possibilitado a redução da pobreza, mas que não é suficiente. Os três comerciantes apresentaram suas opiniões a respeito do programa, com argumentos favoráveis e contrários ao programa. Os argumentos favoráveis seriam que o programa veio para acrescentar, visto que possibilita que as famílias tenham uma renda que antes não tinham, pois como o mercado de trabalho é exigente e as famílias muitas vezes não atendem os requisitos exigidos pelas empresas, normalmente ficam sem emprego, e conseqüentemente pobres. Com o benefício possuem renda para se auto sustentar e suprir as necessidades familiares, melhorando assim a qualidade de vida. Outro ponto positivo do programa que foi abordado é que o recurso monetário “[...] *contenta muitas camadas na sociedade, há um maior alcance de pessoas, tanto as famílias como o comércio saem beneficiadas*”. (Comerciante 03)

Em relação aos pontos negativos, apontaram que o Programa ainda não tem sido suficiente para combater à pobreza. Informaram que, mesmo que as pessoas tenham renda para consumir, acaba desestimulando as mesmas a trabalhar e obter seu próprio rendimento, ou seja, gera certo comodismo, muitas pessoas saem do mercado de trabalho devido à comprovação de renda que os excluiria do programa. Mas, como verificado na pesquisa de Oliveira e Soares (2013) citada anteriormente, os programas que transferem renda impactam reduzidamente no mercado de trabalho. Há redução em casos isolados em que a jornada de trabalho das mães, por exemplo, é reduzida, pois ficam no lar cuidando dos filhos e fazendo com que haja uma redução no trabalho infantil, além disso, possibilita que a população adulta mais pobre se afaste de atividades precárias.

Outro fator que os comerciantes apontaram, seria a avaliação das condicionalidades do programa que deveria ocorrer com mais frequência. E por fim apontaram o uso do recurso monetário para vícios.

Quando questionados a respeito da importância do PBF em manter as crianças na escola, podemos verificar que 66,7% conforme a tabela 05 abaixo concorda com essa afirmação. Ou seja, dois dos três comerciantes concordaram que o programa é eficiente nesse quesito.

Tabela 5- Importância do PBF avaliados pelas famílias estudadas, relacionados à condicionalidade Educação, em 2016

Variável	N	%
Manter as crianças na escola		
Sim	02	66,7%
Não	01	33,3%
Não tem opinião formada	00	0,0%
TOTAL OBSERVADO	03	100%

Fonte: Elaboração Própria, 2016.

O comerciante 03, que não concordou que o PBF ajuda a manter as crianças na escola, informou que a evasão dos alunos aumenta no decorrer dos anos seguintes, até abandonarem o ensino. Já em relação ao questionamento a respeito da melhora na educação proporcionada pelo programa, houve respostas divergentes, apenas um comerciante concordou que o BF proporciona melhoras na educação das crianças e adolescentes. O comerciante 02 concordou em partes, de acordo com sua opinião, frequência não é sinônimo de rendimento. Ele vai aprender, mas há casos que não irá render conhecimento proporcional à frequência. E o comerciante 03, não concordou, pois para ele, o programa só irá possibilitar uma piora no aprendizado, visto que por ser uma das condições de ser beneficiária, a criança vai à escola de forma obrigada.

A pergunta a respeito do combate ao trabalho infantil devido ao PBF, também obteve respostas diferenciadas, como pode ser verificado na tabela 06 abaixo:

Tabela 6- Importância do PBF a respeito do combate ao trabalho infantil, na visão dos comerciantes de Laranjeiras do Sul no ano de 2016.

Variável	N	%
Combate ao trabalho infantil		
Sim	02	66,7%
Não	01	33,3%
Não tem opinião formada	00	0,0%
TOTAL OBSERVADO	03	100%

Elaboração Própria, 2016.

Os comerciantes que concordaram, acrescentaram que diminui o trabalho infantil porque as crianças devem ir à escola, senão o benefício é cortado e também como há uma renda a mais, isso permite que fiquem em casa nos turnos inversos à escola, ou vão para o

PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). E o comerciante que não concordou, informou que há casos que as crianças acompanham e ajudam os pais na reciclagem.

Como podemos verificar na tabela 07 a seguir, há maioria dos comerciantes entrevistados concorda que o Programa possibilita uma melhora na saúde tanto das gestantes como das crianças. E isso ocorre porque há bom atendimento, o SUS (Serviço Único de Saúde) possibilita acompanhamento médico gratuito e medicamentos também. O acompanhamento que o Programa exige, é realizado pelo SUS. O comerciante que não concordou, acrescentou que mesmo que o beneficiário tenha que realizar essa contrapartida, ainda não obtém melhorias em sua saúde, e isso por que

“[...] não há assistência suficiente, as grávidas precisam de muitos exames, acompanhamentos, consultas, assim como as crianças e o SUS não tem como ofertar tudo. E mesmo que o poder público oferte os melhores serviços na área da saúde, há pais que não cuidam da saúde da criança, ou não proporcionam que a mesma tenha saúde, ou seja, não podem ou não compram frutas, verduras para que a criança tenha imunidade contra doenças, vivem em situações de higiene precária, etc.” (comerciante 02, 2016)

Tabela 7- Visão dos comerciantes sobre a melhora ou piora na saúde das crianças e gestantes no município de Laranjeiras do Sul, no ano de 2016

Variável	Nota	%
Sim	2	66,7%
Não	1	33,3%
Não tem opinião formada	0	0,0%
TOTAL OBSERVADO	3	100%

Fonte: Elaboração própria, 2016.

É necessário que haja mudanças, caso contrário, o programa não alcançará seus objetivos. As mudanças que se fazem necessárias e que foram citadas são:

- Trocar o repasse monetário por cesta básica, e o recurso que ganham em suas atividades seria destinado somente às despesas ou para comprar bens que não estão contidos na cesta básica;
- Aumentar a fiscalização tanto na utilização do recurso, como também no acompanhamento e realização das contrapartidas;
- Buscar ações para reduzir o comodismo;
- Realizar atividades ou ações que incentivem ou qualifiquem os responsáveis familiares na busca de emprego no mercado de trabalho;
- Realizar atividades que trabalhem com o psicológico das pessoas, buscando mostrar a importância do Programa para as famílias que se encontram em situações de maior vulnerabilidade social;

- Inserir uma condicionalidade em que os responsáveis pelo lar em caso de baixa escolaridade, voltassem a estudar para facilitar o acesso ao mercado de trabalho.

Em relação às atividades na área de capacitação para o mercado de trabalho, o comerciante 01 citou atividades que ensinassem sobre educação financeira e economia doméstica, para que assim soubessem em que aplicar os recursos, como administrá-los e a tomar atitudes, elencar metas para sair da miséria com segurança.

Através das respostas obtidas junto aos comerciantes, foi possível verificar que eles são favoráveis ao Programa em alguns fatores, mas são contrários em relação a outros. Além disso, entende-se que o valor repassado pelo Governo Federal através do PBF, alimenta a manutenção e expansão do comércio local do bairro, proporcionando uma dinâmica para a rede comercial. No próximo capítulo serão apresentados os dados obtidos junto às famílias beneficiárias, para que posteriormente seja possível cruzar as informações e verificar se há concordância entre os vários grupos estudados.

4.4 ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SEGUNDO AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS RESIDENTES NO BAIRRO PRESIDENTE VARGAS

No intuito de desenvolver uma análise sobre a avaliação que os beneficiários do Programa Bolsa Família fazem sobre o programa e a eficácia do mesmo, foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas, para facilitar na coleta das informações. Foram entrevistadas quarenta e oito famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes no bairro Presidente Vargas.

As perguntas possibilitaram que os entrevistados pudessem se expressar de forma livre. Foi realizado nos domicílios das famílias, o que possibilitou a observação e informações adicionais relevantes para compreender o modo como as famílias se organizam no dia a dia, suas ações para sobreviverem e os resultados do programa em suas vidas.

Tanto na observação no bairro em estudo, como pelas respostas obtidas, verificou-se que as famílias são muito diferentes umas das outras. Tanto em relação aos bens materiais, como na composição familiar, atividades no mercado de trabalho, etc.

Observou-se que a maioria das residências é de madeira, algumas cobertas com lona, casas pequenas sem forração, com pouca iluminação. As casas estão construídas muito próximas às outras, há lotes em que há até três casas construídas no mesmo local. Há casas em

que os beneficiários apresentam uma maior renda e vivem em melhores condições, residências essas que são construídas de alvenaria, com móveis de melhor qualidade e com boa iluminação. Percebeu-se também que há grande número de animais (cachorros) soltos nessas residências, algumas com falta de higiene e situações de precário saneamento básico. Muitas famílias trabalham com material reciclável, e acabam armazenando o material coletado em suas residências, podendo gerar a proliferação de roedores e insetos que causam doenças. Nas figuras 04 e 05 a seguir, é possível verificar as características das residências e as informações citadas acima:

Figura 4-Imagem das Residências das famílias beneficiárias residentes no Bairro Presidente Vargas, localizado no município de Laranjeiras do Sul - PR, no ano de 2016.



Fonte: Elaboração Própria, 2016.

Figura 5- Imagem das residências das famílias beneficiárias residentes no Bairro estudado no ano de 2016



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Recentemente foram invadidos alguns terrenos de propriedade pública, em que residem aproximadamente 40 famílias, que não possuem serviços de saneamento básico. A água que utilizam, por exemplo, adquirem de um poço ou fonte d'água de uma chácara que fica em local próximo. Em relação à iluminação pública, informou que fizeram “gato”, ou seja, uma instalação clandestina, para que possam usufruir de tal serviço até serem regularizados os terrenos e a situação dos moradores.

Em todas as casas visitadas as respostas foram dadas por mulheres. Em algumas residências, o cônjuge estava próximo ou passou pelo local, mas não respondeu as questões. Foi verificado que houve casos em que quando questionado a quantidade de integrantes que compõe a família respondiam citando todos os integrantes inclusive o cônjuge. Mas quando questionadas sobre atividade que gera renda e a renda mensal obtida, tentavam omitir que a mesma era obtida através de atividade desenvolvida pelo cônjuge, por receio de ter o benefício bloqueado.

As características a respeito da composição familiar podem ser verificadas na tabela 08 abaixo. Foi verificado que as famílias são compostas pelo casal e filhos, em algumas se constatou a presença de avós e/ou tios. A maioria das casas visitadas, aproximadamente 52,1%, a composição familiar é composta por até cinco pessoas. Presenciaram-se domicílios com até dez integrantes, sendo que as residências que possuem mais que cinco pessoas totalizaram 39,6% das famílias visitadas.

Todas as residências visitadas possuíam crianças e adolescentes na composição familiar. Cerca de 60 % das famílias possuem até três crianças/adolescentes na família, 29,2% domicílios apresentam de quatro a cinco crianças/adolescentes e 10,4% das famílias visitadas possuem mais de cinco crianças/adolescentes na composição familiar.

O programa Bolsa Família possui benefícios que são disponibilizados para residências que se enquadram na faixa de renda adequada e que possuem gestantes na composição familiar. Sendo assim procurou-se entrevistar famílias que possuem gestantes na composição familiar. Das quarenta e oito famílias entrevistadas, cinco eram constituídas por gestantes, correspondendo a 10,4% das famílias entrevistadas. Em relação às famílias que possuem gestantes verificou-se que todas realizam pré-natal mensal.

No quesito renda e trabalho, foi verificado que em 64,6% das famílias entrevistadas, ou seja, 31 famílias há pelo menos um membro que trabalha e obtém renda de sua atividade e em 31,3% mais que uma pessoa residente na unidade familiar exerce alguma atividade remunerada. Apenas duas famílias informaram que não há ninguém que trabalha, uma das famílias é composta pela mãe e três crianças, em que uma delas possui deficiência física motora, devido a isso a mãe se dedica atividades do lar e cuidado com as crianças e a outra família que ninguém trabalha, além do benefício do programa, a renda é obtida de pensão paga pelo pai.

Foi constatado que nas famílias entrevistadas há prevalência de trabalho autônomo/bico, correspondendo a 79,2% das famílias que possuem alguém que exerce atividade sem vínculo empregatício, ou seja, se encontram em condições precárias de trabalho. A renda obtida pelas famílias deriva das seguintes atividades: auxiliar de pedreiro, coleta de material reciclável, cuidador (a) de doentes ou pessoas idosas, empregada doméstica com ou sem carteira registrada, auxiliar de produção em frigorífico, operador de máquinas, trabalhando de peão ou bóia-fria nas propriedades rurais no corte da erva, colheita de feijão e fumo, resinífero, vendedor de sorvete, realizando briques, ou seja, venda e troca de bens, mecânica, ou seja, atividades que não é necessária alta escolaridade ou profissionalização.

Na tabela 08 abaixo, são apresentados algumas características das famílias entrevistadas:

Tabela 8-Características da Composição Familiar das famílias beneficiárias residentes no Bairro Presidente Vargas, Laranjeiras do Sul – PR, no ano de 2016

Indicadores	Total	
Características das Famílias Beneficiárias	Frequência	%
Composição familiar		

01 a 03 pessoas	04	8,3%
03 a 05 pessoas	25	52,1%
Mais que cinco pessoas	19	39,6%
Existência de crianças e adolescentes		
Sim	48	100%
Não	00	0,0%
Quantidade de crianças/adolescentes		
Nenhuma	00	0,0%
01 a 03 crianças	29	60,4%
04 a 05 crianças	14	29,2%
Mais que cinco	05	10,4%
Unidades Familiares com Gestantes		
Sim	05	10,4%
Não	43	89,6%
Gestantes Realizam Pré- Natal		
Sim	05	10,4%
Não	00	0,0%
Não há gestantes		
Quantidade de pessoas que trabalham		
Nenhuma	02	4,2%
Pelo menos um membro	31	64,6%
Mais que um membro	15	31,3%
Situação do Trabalho		
Carteira Assinada	07	14,6%
Empregado doméstico com carteira registrada	02	4,2%
Autônomo/bico	38	79,2%
Empregado doméstico sem carteira	06	12,5%
Outro	01	2,1%

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Através das entrevistas foi verificado que a renda mensal familiar oscila entre as famílias. Ao ser desconsiderado o recurso do programa, a renda restante varia entre R\$ 300,00 a R\$ 1.200,00. As famílias que possuem renda mais elevada possuem algum membro que trabalha com carteira registrada, ou há mais que uma pessoa trabalhando. As dificuldades apontadas em relação a conseguir emprego foram: possuem crianças pequenas e não conseguem vagas nas creches e/ou não possuem experiência ou profissionalização e não conseguem vagas de emprego.

Os dados obtidos no domicílio revelaram que em 100% das famílias investigadas as mulheres eram as Responsáveis e titulares do PBF. E a justificativa para tal ato, de acordo com as beneficiárias, seria que a mulher é que normalmente fica cuidando da casa e do lar, sabe as necessidades da família, ou ainda, porque a mulher não utilizaria o recurso monetário com futilidades.

“A mulher é que fica em casa, cuidando das crianças. [...] sabe o que falta na casa”
(Beneficiária, 2016)

“A mãe é mais responsável, sabe administrar o dinheiro. Não gasta a toa, tira da boca pra dar ao filho se necessário. E tem homens que não pensam na família” (Beneficiária, 2016)

Podemos verificar que atualmente a mulher/ esposa tem maior visibilidade na sociedade e nas decisões dentro de casa. Essa informação foi confirmada na presente pesquisa, podendo ser visualizada na tabela 09 abaixo:

Tabela 9-Responsabilidades dos membros das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no bairro Presidente Vargas em 2016

Variáveis	Total	
	N	Frequência
Quem é o chefe da família		
Entrevistada/ mãe da família	02	4,2%
Companheiro	31	64,3%
Casal	15	31,5%
Outro	00	0,0%
Responsável pela administração do dinheiro no domicílio		
Entrevistada/mãe da família	18	37,5%
Marido	12	25,0%
Os dois	19	39,6%
Outro	00	0,0%
Sem informação	00	0,0%
Define a escolha da aquisição dos alimentos		
Entrevistada/ mãe da família	35	72,9%
Marido	02	4,2%
Os dois	10	20,8%
Outro	01	2,1%
Sem informação	00	0,0%
Responsável pela aquisição de alimentos		
Entrevistada/ mãe da família	31	64,3%
Marido	04	8,3%
Os dois/ casal	12	25,0%
Outro	01	2,1%
Sem informação	00	0,0%
Responsável pelas tarefas domésticas		
Entrevistada/ mãe da família	33	68,8%
Marido	00	0,0%
Os dois	02	4,2%
Outro	12	25,0%

Fonte: Elaboração Própria, 2016.

Os impactos da transferência monetária possibilitam uma análise da autonomia quanto à tomada de decisões por parte das mulheres após receberem o benefício. Quando questionadas sobre quem exerce “chefia familiar”, em 64,3% dos casos, as mulheres informaram que eram seus cônjuges, mas podemos verificar que em todas as variáveis a respeito da decisão de aquisição de alimentos, administração do dinheiro, aquisição de alimentos, responsável pelos afazeres domésticos é a mulher a responsável, ou a mesma juntamente com seu cônjuge. Consideram seus maridos como chefes de família, devido ao fato deles realizarem atividades remuneradas. Além disso, pode-se verificar que em 39,6%

dos casos é a mãe juntamente com o marido, ou sozinha que exerce essa função. Esse resultado, não proporciona a discussão a respeito das mudanças em relação à chefia familiar, visto que, não foram obtidos dados anteriormente ao recebimento de tal benefício.

No quesito “Responsabilidade pela administração do dinheiro no lar” foi constatado que em 39,6% dos casos é o casal que exerce essa responsabilidade. Em 37,5% são as mulheres e 25,00% são o homem. Esse dado nos mostra um impacto positivo do PBF, visto que possibilita o aumento da autonomia das mulheres no domicílio, em que podem tomar decisões sobre como utilizar o recurso.

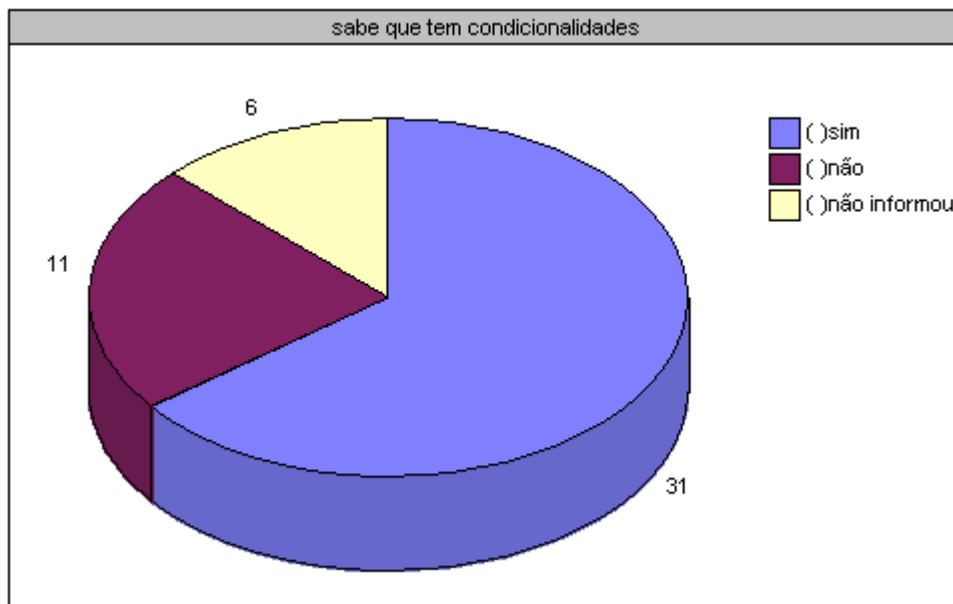
Já em relação à escolha dos bens a serem adquiridos e o responsável por tal ato, foi possível verificar que em 72,9% é a mulher que define o que será comprado, assim como, em 64,3% é ela a responsável pelas compras. Isso mostra o empoderamento das mulheres, assim como o poder de decisão e negociação no lar. Além disso, foram questionadas se houve conflitos com seus cônjuges após terem acesso ao PBF, e a resposta obtida foi negativa, visto que todos acabam se beneficiando com o programa e obtém uma renda a mais.

Por fim, as famílias acrescentaram ainda que a destinação dos recursos monetários obtidos do PBF é para alimentação (83,3%), vestuário (72,1%), educação/ material escolar (39,6%) e outros fins (37,5%) como pagamento de despesas de água, luz e gás. Complementando o item alimentação, as famílias investigadas informaram que através do benefício do PBF, podem adquirir mais carnes, leite, iogurte, ovos e em alguns casos, frutas. E em relação ao item vestuário, destina-se às vendedoras autônomas que realizam essa atividade no bairro estudado, em que pegam mercadorias de viajantes e comercializam para as famílias residentes no bairro.

4.4.1 Conhecimento e discussão das condicionalidades do PBF

Ao serem questionadas sobre as condicionalidades do programa Bolsa Família, podemos verificar na figura 06 abaixo, que 64,6% ou seja, 31 famílias responderam que conheciam o programa e que sabiam sobre as condicionalidades e 11 famílias, ou seja, 22,9% não sabiam e algumas não informaram.

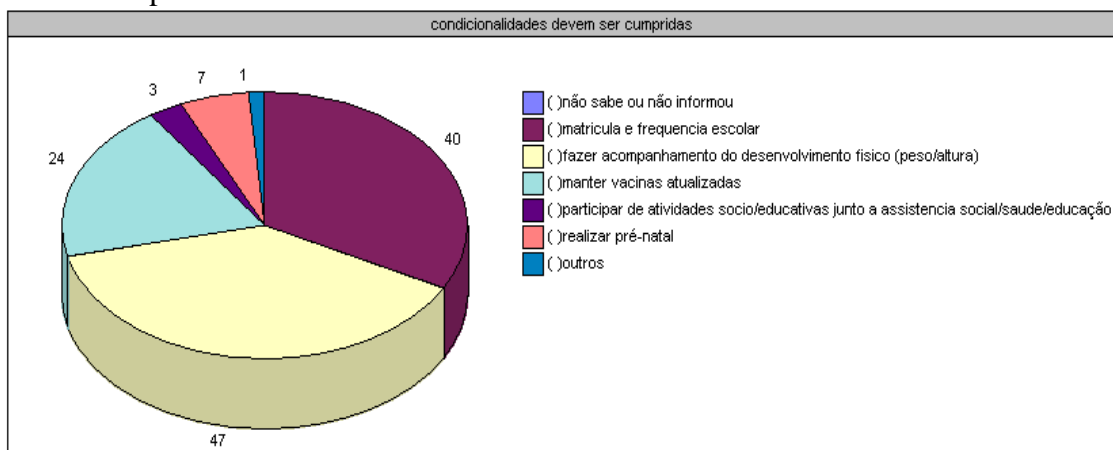
Figura 6- Gráfico sobre o conhecimento das condicionalidades impostas pelo PBF por parte das famílias entrevistadas no ano de 2016



Fonte: Elaboração Própria, 2016.

Quando questionadas a respeito das condições que devem cumprir, a maioria citou o acompanhamento do desenvolvimento físico (97,9%) seguido da matrícula e frequência escolar (83,3%) e manter vacinas atualizadas (50,0%), como sendo as principais condicionalidades a serem cumpridas. Isso mostra que uma parte dos beneficiários, não conhece a fundo o programa, bem como suas condicionalidades. Essa informação pode ser observada na figura 07 abaixo, ressalta-se que é possível verificar que a quantidade de citações é superior à quantidade de observações, devido às respostas múltiplas.

Figura 7 - Gráfico do conhecimento das Condicionalidades a serem cumpridas no PBF conforme opinião dos beneficiários estudados no ano de 2016



Fonte: Entrevista. Elaboração Própria, 2016.

As condicionalidades possibilitam que os mesmos possam usufruir de seus direitos básicos, como saúde e educação. Em relação à saúde, através da presente pesquisa, constatou-se que 100% das famílias utilizam serviços públicos de saúde, ofertados pelo SUS. As informações referentes à condição saúde podem ser visualizadas na tabela 10 a seguir:

Tabela 10- Informações a respeito do acesso a condicionalidade Saúde por parte dos beneficiários investigados em 2016

Variável	Nota	Frequência
Membro que mais frequenta a Unidade de Saúde		
Criança	44	91,7
Idoso	04	8,3%
Mãe	14	29,3%
Outros	05	10,4%
Frequência ao posto de Saúde		
Semanal	01	2,1%
Quinzenal	01	2,1%
Mensal	19	39,6%
Esporadicamente	28	58,3%
Outro	03	6,3%
Serviço utilizado na unidade de saúde		
Pesagem	29	60,4%
Vacinação	29	60,4%
Outro	47	97,9%
Dificuldade no atendimento		
Sim	33	68,8%
Não	15	31,3%
Acompanhamento Mensal do Peso		
Sim	48	100%
Não	00	0,00%
Avaliação da Condicionante Saúde		
Ótimo	03	6,3%
Bom	37	77,1%
Ruim	05	10,3%
Não tem Opinião Formada ou não sabe	03	6,3%
Avaliação serviços de saúde municipal		
Péssimo	01	2,1%
Ruim	09	18,7%
Razoável	27	56,3%
Bom	10	20,8%
Muito Bom	01	2,1%

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Como podemos verificar, os membros que mais utilizam os serviços ofertados pelo SUS são as crianças (91,7%), mãe (29,3%), idoso (8,3), outros (10,4%). Os serviços que utilizam da UBS são: Pesagem (60,4%), vacinação (60,4%) e outros (97,9%). Na modalidade outros, citaram consulta, medicamentos, exames e dentista. Já em relação à frequência, muitos informaram que frequentam o posto de saúde pelo menos uma vez ao mês, devido à realização da pesagem que ocorre todo mês, ou no caso das gestantes, referente à consulta de pré-natal. Todas as famílias estudadas informaram que participam da pesagem todo mês. No

caso de frequência ao posto de saúde, é possível verificar que a quantidade de citações é superior à quantidade de observações, isso ocorre devido às respostas múltiplas.

Através da pesquisa realizada com os beneficiários foi possível verificar que há certa dificuldade de acesso aos serviços de saúde, conforme tabela 10 acima. Mas evidencia também, que mesmo com as dificuldades enfrentadas, o mesmo contribui para a superação da pobreza e melhor qualidade de vida. Visto que as famílias realizam as condicionalidades exigidas pelo programa e caso não fosse uma condicionalidade e/ou não realizasse tais atividades, os índices da saúde poderiam piorar.

Como verificado, aproximadamente 68,8 % das famílias enfrentou algum tipo de dificuldade no acesso à política de saúde. Dentre as problemáticas enfrentadas, as seguintes foram apresentadas: falta de médicos, falta ou precariedade dos equipamentos, falta de medicamentos e por fim a demora no atendimento e nas consultas. Essa informação também pode ser observada no trabalho de Stechi (2015) em que “[...] as condicionalidades não viabilizam acesso a população usuária e se o Estado não tem implementado essas políticas de maneira a cumprir com suas contrapartidas, então resta questionar o motivo para mantê-las.” (STECHEI, 2015, p. 71)

Além disso, as famílias avaliaram tanto os serviços de saúde ofertados na ESF da região estudada, assim como, os serviços de saúde a nível municipal. Os dados obtidos evidenciam que mesmo com as dificuldades encontradas, 77,1% das famílias encontra-se satisfeita com os serviços disponibilizados na Unidade pertencente à localidade que residem. Mas em relação aos serviços de saúde a nível municipal, não estão satisfeitos. Podemos verificar que 18,7% da população estudada avaliaram os serviços a nível municipal como ruim e 56,3% como razoável. Os fatores que apontaram para tal avaliação foram: falta de pediatra no SUS a nível municipal e setorial, falta de médicos especialistas como oftalmologista, otorrinolaringologista, ortopedista, superlotação em hospitais e delonga em filas de espera para atendimento com especialistas.

Já no quesito educação, podemos verificar na tabela 11 abaixo, que 87,5% das famílias possuem crianças/adolescentes com matrícula ativa, os outros 12,5% são casos em que os adolescentes deixaram de estudar ou já constituíram nova família e também não estão estudando. Em uma das famílias, quando dialogado a respeito de como ocorre à divisão do recurso, a responsável familiar falou sobre a redução do recurso para sua filha, mesmo após ter aumentado um membro na família:

“[...] por isso que diminuiu o valor do Bolsa Família depois que você teve bebê, porque você parou de estudar”(Beneficiária, 2016)

A maioria das crianças/adolescentes das famílias entrevistadas está cursando o ensino fundamental (85,4%), seguido de educação infantil (37,5%) e ensino médio (27,1%). No fator nota da variável “Nível escolar que estão matriculadas” da tabela 11 abaixo, é possível verificar que o somatório passa de quarenta e oito (número de famílias entrevistadas), isso ocorre porque há famílias que possuem mais que uma criança e as mesmas estão matriculadas e frequentando níveis educacionais divergentes.

Algumas dificuldades que as mães apontaram em relação à educação, referem-se às vagas em creches próximas a suas residências. Algumas evidenciaram que a creche ou instituição de educação infantil que o bairro possui, recebe crianças de outros bairros e até mesmo do centro, e isso acaba prejudicando na hora das mesmas conseguirem vaga. A seguir apresenta-se a tabela 11 com as informações condensadas:

Tabela 11- Informações a respeito da condicionante educação realizada nas famílias beneficiárias no ano de 2016

Variável	Nota	Frequência
Crianças com idade escolar matriculadas na escola		
Sim	42	87,5
Não	06	12,5
Nível escolar que estão matriculadas		
Ensino Infantil	18	37,5%
Ensino Fundamental	41	85,4%
Ensino Médio	14	27,1%
Crianças frequentam a escola		
Sim	48	100%
Não	00	0,0%

Fonte: Elaboração Própria, 2016.

Foram questionadas também a respeito das mudanças ou melhorias que visualizaram após o acesso ao PBF. Como podemos verificar na tabela 12 abaixo, o PBF proporcionou o aumento em 72,9% do número de refeições nas famílias estudadas e em 27,10% não houve alteração no número de refeições. As famílias que afirmaram que aumentou o número de refeições informaram que com o benefício atualmente podem adquirir leite, carne, iogurte, e em alguns casos frutas.

Em relação às mulheres é visível que 87,5% das mulheres entrevistadas informaram que houve melhora na qualidade de vida, devido à aquisição de mais alimentos, 52,10% informaram que possuem poder de decisão fora do domicílio, por serem responsáveis pelo cadastro e titulares do cartão do benefício, visto que são elas que recebem o valor monetário e investem conforme a necessidade. Outra mudança apontada é que tem facilitado o crédito (8,3%), visto que por possuírem uma renda conseguem comprar parcelado. Além de ter diminuído a inadimplência e restrições que as famílias tinham com o valor que recebem. Vale

ressaltar que em relação à variável “mudanças em relação às beneficiárias após a inclusão no PBF”, a quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas (06 no máximo).

Tabela 12- Percentual de famílias beneficiárias do PBF, segundo a percepção sobre o aumento do número de refeições nos últimos seis meses e contribuições do programa em 2016

Variável	Notas	Frequencia
Número de refeições após acesso ao PBF		
Aumentou o número de refeições	35	72,9%
Diminuiu o número de refeições	00	0,0%
Não alterou o número de refeições	13	27,1%
Mudanças em relação às beneficiárias após inclusão		
Acesso ao crédito	04	8,3
Empoderamento	06	12,5
Visibilidade na sociedade	00	0,0
Poder de decisão fora do domicílio	24	52,1%
Melhora na qualidade de vida	42	87,5
Outro	04	8,3
PBF ajuda a manter a criança na escola		
Sim	44	91,7%
Não	01	2,1%
Não tem Opinião Formada ou não sabe	03	6,3%
Melhora na Educação das crianças		
Sim	43	89,5%
Não	03	6,3 %
Não tem Opinião Formada	02	4,2%
Ajuda a combater o trabalho infantil		
Sim	45	93,7%
Não	03	6,3%
Contribui na melhora da saúde das gestantes e crianças		
Sim	48	100%
Não	00	0,0%
Não tem opinião Formada ou não sabe	00	0,0%

Fonte: Elaboração Própria, 2016

A pesquisa evidenciou também, que para as famílias beneficiárias, o PBF ajuda a manter as crianças na escola (91,7%), possibilita à melhora na educação das crianças (89,5%), combate o trabalho infantil (93,7%) e contribui na melhoria da saúde das gestantes e das crianças (100%). A justificativa para os fatores citados acima é que por ser uma das condicionalidades, é necessário que a criança esteja matriculada e frequente a escola. Em relação à educação é possível verificar melhorias, pois ao frequentar a escola, absorve conhecimento. Apenas três famílias acreditam que o PBF não possibilita melhora na educação. Segundo elas, o fato de estar frequentando não significa que está aprendendo. Para essas famílias,

“A criança pode estar indo pra escola e não estar aprendendo, pra que melhore a educação os pais tem que ter pulso firme, cobrar e ajudar e os professores também”
(Beneficiária, 2016)

Como pode ser verificado no quadro acima, 100% das famílias informou que o programa contribui na melhoria da saúde tanto de gestante como das crianças. Em relação às gestantes é porque devem realizar consulta de pré-natal mensalmente e ter as vacinas e exames em dia. Quanto às crianças, ao ser feito o acompanhamento do peso, é verificada a situação vacinal e em caso de sobrepeso ou baixo-peso, são encaminhadas para um profissional da área (nutricionista) para fazer o acompanhamento. Ou seja, o controle pela saúde é realizado mensalmente.

Os beneficiários apontaram que mesmo que o programa apresente benefícios, são necessárias ainda algumas mudanças, dentre elas o aumento da fiscalização, pois há famílias que são beneficiárias e não precisam e outras que não estão cadastradas e precisam do auxílio, além de citarem a necessidade de aumentar o valor do benefício. Algumas famílias citaram ainda, que seria interessante participar de cursos profissionalizantes ou capacitações, para facilitar a entrada para o mercado de trabalho.

Podemos verificar que o PBF possibilitou mudanças na vida das pessoas, mesmo que ainda se encontrem em situação de pobreza. Caso não fossem beneficiárias, há famílias que poderiam não matricular seus filhos na escola, pois estes precisariam ajudar no sustento da família, ou então a renda menor seria investida apenas em bens essenciais, como alimentos básicos para sobreviver. Dificilmente fariam acompanhamento mensal no quesito saúde ou não teriam as vacinas e consultas em dia. As ACS informaram que muitas gestantes e mães são relutantes nesses itens, e que o realizam por medo de perderem o benefício.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PBF é um programa de renda condicionada, em que estão integradas as famílias pobres e/ou extremamente pobres. Para alcançar seus objetivos, necessita da articulação e integração entre as áreas de educação, saúde, assistência social e outras políticas e ações realizadas pelo governo.

Como já apresentado, a principal proposta do presente estudo foi esboçar um panorama do Programa Bolsa Família no município de Laranjeiras do Sul, utilizando como amostra os beneficiários residentes do Bairro Presidente Vargas, evidenciando as mudanças nas condições de vida dos beneficiários e os resultados que o programa proporcionou no ano de 2016. A partir deste objetivo, foi possível identificar que as responsáveis familiares são predominantemente mulheres, com uma média de 02 a 03 filhos por família. Em sua maioria desenvolvem atividade remunerada. Foi constatado que há muitas mães solteiras, mas nos domicílios em que o companheiro/esposo faz parte da composição familiar, o mesmo também estava inserido no mercado de trabalho com salários baixos.

As condicionalidades do PBF buscam reduzir as carências individuais, ou seja, que os beneficiários usufruam seus direitos e melhorem sua qualidade de vida e superem a pobreza. Ao serem questionados sobre a satisfação das condicionalidades, apesar de ainda resistentes, a maioria dos beneficiários acham justo realizar tais obrigações, visto que lhes é transferido um recurso monetário.

A pesquisa possibilitou a análise da eficácia do programa através da metodologia tridimensional de estrutura- processo- resultado, focando apenas nos resultados. Como podemos verificar apenas ao olhar para o item *resultados*, há vários gargalos que o Programa possui, mas também contribuições positivas. Além disso, possibilitou obter informações a respeito de outros fatores que integram a *estrutura* e o *processo* (materiais necessários, funcionários, valores).

Entre os resultados positivos verificou-se o aumento e melhoria da qualidade das refeições das famílias; frequência das crianças à escola e aos postos de saúde para realizar o acompanhamento; movimentação no comércio local e empoderamento das mulheres.

Como verificado por meio de entrevistas, este programa tem contribuído para a manutenção e movimentação do comércio local, visto que os beneficiários utilizam e investem nos estabelecimentos comerciais do mesmo local que residem, para que possam

satisfazer suas necessidades imediatas. Um dos pontos mais discutidos na pesquisa foi a respeito da aplicação do recurso monetário.

Em relação aos beneficiários, constatou-se que os mesmos não tem conhecimento total do PBF, ou seja, quais os objetivos, as estratégias e funcionamento. Seria interessante trabalhar essas questões com as famílias. O PBF, em suas concepções é voltado apenas para o repasse monetário. Portanto, percebe-se que o PBF é um programa que apresentou melhorias na qualidade de vida das pessoas, mas ainda não é suficiente para alcançar o desenvolvimento da região.

Entre os gargalos apresentados pelo PBF está a baixa fiscalização das condicionalidades, ponto ressaltado até mesmo por alguns beneficiários. Outro aspecto levantado corresponde a necessidade de investimentos em capacitações e no mercado de trabalho para que haja oferta de vagas aos beneficiários. Também são necessários investimentos nas áreas de saúde e educação, saneamento básico, iluminação, segurança, etc., para que assim as pessoas possam melhorar sua situação de vulnerabilidade social. O Estado deve estar em constante observação para suprir as demandas da população em geral, realizando investimentos nas políticas de saúde, educação e assistência social.

Em relação ao atendimento dos direitos básicos apontados no PBF, a aplicação dos questionários mostrou a necessidade de melhorias nos seguintes pontos: aprendizado do aluno, item apontado tanto pelos profissionais da área como pelos comerciantes e em alguns casos, pelos beneficiários; falta de vagas nas instituições de educação infantil, demora por consultas médicas, falta de medicamentos e médicos especialistas, e falta de saneamento básico. São fatores que confirmam que programas sociais são importantes, mas não são suficientes para reduzir ou erradicar a pobreza.

Como verificado o PBF tem auxiliado na melhora da condição de vida das famílias, além de que, estimula para que usufruam de seus direitos básicos. Ou seja, é um fator que possibilita o alcance das liberdades individuais, proporcionando assim, que a liberdade individual influencie na liberdade global e assim favoreça no progresso do desenvolvimento, ao passo que se obtêm uma melhora contínua individual.

Por fim, compreende-se que os valores monetários, bem como a necessidade de cumprimento das condicionalidades, auxiliou na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, porém devem ser criadas oportunidades sociais por meio de serviços como educação pública e serviços de saúde que contribuam para o desenvolvimento da região.

A partir do estudo realizado, propõe-se a aplicação de metodologia em municípios com características semelhantes ao estudado, de modo que exista um parâmetro de comparação em termos de resultados encontrados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, J. A., RIBEIRO, D. M. **A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA E O COMPROMETIMENTO COM DESENVOLVIMENTO HUMANO ATRAVÉS DA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS.** 2012. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=7070f9088e456682>. Acessado em: 15/06/2016

BARROS, R. P.; *et al.* **DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: retrato de uma estabilidade inaceitável.** Dossiê desigualdade. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – RBCS. Vol. 15. N.º 42. P.123-142. 2000

BRAMBILLA, M. A. *et al.* **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE ESPACIAL NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ DE 2004, 2008 E 2012.** 2013. P. 14

BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei N.º 13.255 de 14 de janeiro de 2016.** Dispõe sobre a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016. Brasília –DF. Ano CLIII N.º 10. 2016. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/01/2016&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=176>>. Acessado em 2017.

BRITO, T. A. JESUS, C. S. **Avaliação de serviços de saúde: aspectos conceituais e metodológicos.** Revista Digital. Ano 14, n.º 139. Buenos Aires. 2009

CACCIAMALI, M. C. *et al.* **IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA FEDERAL SOBRE O TRABALHO INFANTIL E A FREQUÊNCIA ESCOLAR.** Revista Econômica Contemporânea. Rio de Janeiro. V. 14, n. 2, p. 269-301. 2010

CAVALCANTI, D. M. **AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA RENDA, NA EDUCAÇÃO E NO MERCADO DE TRABALHO DAS FAMÍLIAS POBRES DO BRASIL.** Dissertação de Mestrado em Economia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal (RN)2013. 74 p.

DALFOVO, M.S *et al.* **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13. 2008

DONABEDIAN, A. The Seven Pillars of Quality. Archives of Pathology and Laboratory Medicine, p. 114:115-118, 1990.

FAHEL, M.C.X. MORAIS, T. FRANÇA, B.C. **O Impacto do Bolsa Família na Inclusão Educacional: análise da matrícula escolar em Minas Gerais.** Fundação João Pinheiro. SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 98-126, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/154/1/O%20impacto%20do%20Bolsa%20Fam%20na%20educacional.pdf>>. Acessado em 2016

FERRAZ, L. F. **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.** Impactos na distribuição de renda. Brasília – DF. Trabalho de conclusão de curso (Especialização *latu sensu*). Especialização em Orçamento Público. Instituto Serzedello Corrêa. 2008

FERREIRA, M. S. P. BOURSEAU, T. M. **Análise dos impactos do Programa Bolsa Família em variáveis qualitativas e quantitativas (PIB e IDH) no Brasil.** Projeto de Graduação – UFRJ/ Escola Politécnica/ Curso de Engenharia de Produção. Rio de Janeiro, 2015. 85 p.

GABRIEL, E. M. *et al.* **Focalização de Políticas Públicas: O Programa Bolsa Família como política pública focalizada para superação da desigualdade e exclusão.** 2007, p. 01-14.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª Ed. São Paulo. Editora Atlas S.A-2008. P. 01-200.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** Editora Alínea. 5 ed. Campinas. 2011. 101 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatística/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acessado em 01/11/2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Centro - Sul Paranaense. Curitiba - PR, 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_centro_sul.pdf> Acessado em fevereiro de 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). CADERNO ESTATÍSTICO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL. 2016. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85300>> Acessado em novembro de 2016.

KNOREK, R.; STROPARO, T. R. **POLÍTICAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU/PR.** 53º CONGRESSO DA SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). João Pessoa/PB. 2015

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA.** 5 ed. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2003. P. 01-311.

LEAL, R. G. **Impactos econômicos e sociais das decisões judiciais: aspectos introdutórios.** Brasília: ENFAM, 2010.

LICIO, E. C. **A TRAJETÓRIA DOS PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA E BOLSA ESCOLA NO BRASIL: O IMPACTO DA VARIÁVEL FEDERATIVA.** Dissertação de Pós-Graduação. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO. SP. 2002. p. 01-149.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **TÉCNICAS DE PESQUISA.** São Paulo: Atlas Ed. 2002. 282 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **MATRIZ DA INFORMAÇÃO**. Variáveis e Indicadores. Unidades Geográficas. 2016. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php> Acessado em 10/11/2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios/beneficios>>. Acesso em 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatórios de Informações Sociais**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios/beneficios>>. Acesso em 2016.

OLIVEIRA, G. B. Uma **discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE. v.5. N.2, Curitiba. 2002, p. 37-48.

OLIVEIRA, L. F. B.; SOARES, S.S.D. **“EFEITO PREGUIÇA” EM PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA?** Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Ipea. Brasília, 2014. 87 p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos_Sumex_Port.pdf>. Acessado em 2016.

PEREIRA, L. L. *et al.* Efeitos do Programa Bolsa Família nas condições de vida dos beneficiários em municípios de muito baixo IDH. 2007. Disponível em: <www.undp-povertycentre.org/publications/mds/33M.pdf>. Acessado em 2016.

PIKETTY, T. A ECONOMIA DA DESIGUALDADE. Ed. Intrínseca Ltda. Rio de Janeiro. 2014.119 p.

RIBEIRO, C. O; MENEZES, R. G. **Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil: apontamentos a partir do enfoque analítico de Amartya Sen**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 7, n. 1 p. 42-55. 2008

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Edita Victor Civita, 1982.

ROCHA, S. **IMPACTO SOBRE A POBREZA DOS NOVOS PROGRAMAS FEDERAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**. Revista Economia Contemporânea. Rio de Janeiro. 2005

SANTANA, E. M J. **A POBREZA NO BRASIL NA DÉCADA DE 2000: POLÍTICAS E RESULTADOS**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, Salvador. 2012.

SANTANA, J. A. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família**. Seminário de População, Pobreza e Desigualdade. Belo Horizonte. 2007.

SANTOS, C. R. B.; MAGALHÃES, R. **Pobreza e Política Social: a implementação de programas complementares do Programa Bolsa Família**. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro. 2012, p. 1215- 1224

SANTOS, E. L. *et al.* **Desenvolvimento: um conceito multidimensional.** DRd – Desenvolvimento Regional em debate. ano 2. N. 1 2012.

SANTOS, S. M. C.; SANTOS, L. M. P. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995- 2002. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro. 2007, p. 1029- 1040.

SCALON, C. **Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate.** Dossiê Diferenças e (Des) Igualdades. Contemporânea. N. 1, p. 49-68. Rio de Janeiro. 2011.

SEBRAE, Políticas Públicas: conceitos e práticas. Sebrae/ MG. Supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas. Belo Horizonte, 2008. Disponível em:
<<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%20C%20ABLICAS.pdf>>. Acessado em 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Governo. Aprovação do Orçamento para 2016. 2015. Disponível em: <
<http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2015/dezembro/congresso-aprova-orcamento-da-uniao-para-2016>> Acessado em 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, G. R. CARVALHAL, M. D. **A TERRITORIALIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DA POBREZA NO OESTE DO PARANÁ.** Revista Pegada – vol. 11 n. 1. 2010, p. 155- 171.

SILVA, L. X. **Estado e Políticas Públicas.** Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad010.pdf>. Acessado em 15/06/2016.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico.** 6. Ed. Atlas. São Paulo. 2012.

SOUZA, R. M. CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL DOS ANOS 1970 A 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre - RS, 2009. p 01-56.

STECHI, T. O. **O Programa Bolsa Família e suas condicionalidades: entre o direito e o dever.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2015. 162 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos.** 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005

APÊNDICES

Apêndice A



Roteiro de Observação

Pesquisadora: Maria Helena Prestes

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Roteiro utilizado para o método de observação, com o objetivo de conseguir dados para a elaboração de monografia de conclusão de curso de graduação: Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul.

Ambientes Observados

- Bairro pesquisado;
- Locais de Comercialização que se encontram no bairro estudado;
- Escola situada no bairro;
- Postos de Saúde
- Residências das famílias beneficiárias

Observou-se:

Espaços públicos que estão localizados no Bairro Presidente Vargas

- Quantidade de Escolas/ Creches que o Bairro possui;
- Quantidade de postos de saúde
- Quantidade de comércios localizados no Bairro estudado;
- Infraestrutura no bairro e residências (ruas, iluminação, saneamento básico),

Escolas/ Creches e Postos de Saúde

- Infraestrutura e ambiente;
- Materiais disponibilizados;
- Número de profissionais disponíveis
- Como é realizado o acompanhamento das crianças beneficiárias;

Comércio Local

- Infraestrutura do local;
- Disponibilização de produtos (alimentos e produtos de cesta básica)
- Atendimento

Apêndice B



Questionário Aplicado aos Gestores ou Responsáveis pela execução e fiscalização do Programa Bolsa Família no município

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
ACADÊMICA: MARIA HELENA PRESTES**

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES OU RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO

Gestores ou Responsáveis diretos pela administração e execução do PBF a nível municipal

1 Como é realizado o cadastramento das famílias?

2 Em relação às condicionalidades, as famílias apresentam relutância para cumpri-las?

sim não

3 Quais as condicionalidades que possuem maior relutância de serem cumpridas por parte das famílias?

4 É feito acompanhamento das condicionalidades do PBF nas famílias beneficiárias?

sim não

5 Caso a resposta acima seja afirmativa, qual a periodicidade para realização desse acompanhamento?

semanal mensal trimestral semestral anual bienal

6 São realizadas reuniões com as famílias?

sim não

Caso a resposta acima seja afirmativa, qual a frequência dessas reuniões?

semanalmente mensalmente trimestralmente semestralmente anualmente sempre que se faz necessário

7 Observou alguma mudança em termos do acesso dos beneficiários ao mercado de trabalho? _____

8 Em sua opinião se faz necessárias mudanças no PBF, para que o mesmo atinja seus objetivos? Se sim, quais seriam essas mudanças?

9 A respeito da transferência monetária, quem é o titular do benefício/cartão: mulher companheiro outro.

10 Em sua opinião quem utiliza o cartão? apenas a beneficiária titular cônjuge outro

11 Quais são as formas de utilização do recurso monetário / despesas realizadas? alimentação vestuário lazer medicação educação

12 Em sua opinião qual o motivo de ser a mulher a titular do PBF?

- representação como mãe, esposa e responsáveis pela organização do ambiente doméstico;
- Tem conhecimento das necessidades do lar e da família;
- possibilita que seja utilizado de forma adequada
- Não tem opinião formada
- outros: _____

13 Qual sua opinião a respeito do Programa Bolsa Família? Você acha que esse programa tem sido eficiente no combate à pobreza das famílias? _____

14 O PBF ajuda a manter as crianças na escola?

15 O Programa proporciona uma melhora na educação das crianças?

16 Ajuda a combater o trabalho infantil?

17 Ajuda a melhorar a saúde das gestantes?

18 Ajuda a melhorar a saúde das crianças?

19 Em sua opinião se faz necessário mudanças no PBF, para que o mesmo atinja seus objetivos? Se sim, quais seriam essas mudanças?

20 Em sua opinião além da transferência monetária seria interessante a realização de ações complementares na área de capacitação para o mercado de trabalho?

Apêndice C



Questionário Aplicado às Agentes Comunitárias de Saúde

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
ACADÊMICA: MARIA HELENA PRESTES**

**QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS AGENTES DE SAÚDE DO BAIRRO
PRESIDENTE VARGAS**

Representante sociedade civil (ACS)

1 Nome Agente de saúde

2 Bairro

3 Número de famílias beneficiárias

Perguntas sobre as condicionalidades do PBF

4 São realizadas reuniões com as famílias beneficiárias?

sim não

5 Caso a resposta seja positiva, com que frequência?

semanalmente mensal semestral / anual

6 Em relação às famílias beneficiárias do PBF, as mesmas cumprem as condicionalidades do programa?

apenas as relativas à saúde;

apenas as relativas à educação;

não cumprem as condicionalidades;

cumprem todas as condicionalidades;

Não sabe, não informou.

7 As famílias freqüentam o posto de saúde?

sim não

8 Qual o membro familiar que mais freqüenta o posto de saúde?

criança idoso mãe outros

9 Qual a frequência ao posto de saúde:

semanal quinzenal mensal esporadicamente outro

10 Qual é o tipo de serviço que mais utiliza?

serviço de pesagem vacinação outro tipo de serviço: Qual_____

12 Em relação aos recursos repassados as famílias beneficiárias, qual seria o destino?

- () aquisição alimentos
 () aquisição medicação
 () itens de vestuário
 () material escolar
 () Outros: _____

13 Percebeu mudanças na vida das famílias a partir do recebimento dos benefícios?

- () sim () não () Não estou apta a responder

Caso a resposta seja positiva, quais as mudanças? _____

14 Observou alguma mudança em termos do acesso dos beneficiários ao mercado de trabalho? _____

15 Em sua visão, esse recurso possibilita um efeito positivo ou negativo no comércio local? Por quê? _____

16 Em relação às famílias que possuem gestantes na composição familiar, como é visualizado o comportamento em relação à condicionante saúde? Há relutância em manter as vacinas e pré-natal adequadamente e participar de atividades sócio educativas?

- () Concordo totalmente () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo totalmente

17 Qual a frequência de visita do agente de saúde

- () semanal () quinzenal () mensal () esporadicamente () outro

18 Quando há crianças na composição familiar, as mesmas são acompanhadas mensalmente (vacinas/ desenvolvimento nutricional)

- () sim () não

19 O cartão da Criança tem acompanhamento de peso?

- () sim () não () não foi verificado () não tem cartão.

20 Em relação ao estado nutricional, através do acompanhamento do peso, é possível verificar a diminuição do baixo peso e desnutrição?

- () sim () não () Não sabe ou não está apta para responder

20 As crianças estão com a vacinação em dia? () sim () não

21 Como avalia a condicionante de acesso aos serviços de saúde? Justifique

- () ótimo: _____
 () bom _____
 () Ruim _____
 () Não tem opinião formada ou não sabe

22 Observou alguma mudança em termos do acesso dos beneficiários ao mercado de trabalho?

23 Como avalia o Programa Bolsa Família?

() Bom, por quê?

() Ruim, por quê?

24 Em sua opinião se faz necessário mudanças no PBF, para que o mesmo atinja seus objetivos? Se sim, quais seriam essas mudanças?

25 Qual sua opinião a respeito do Programa Bolsa Família? Você acha que esse programa tem sido eficiente no combate à pobreza das famílias?

26 O PBF ajuda a manter as crianças na escola?

() sim () não () Não tem opinião formada

27 O Programa proporciona uma melhora na educação das crianças? () sim () não () Não tem opinião formada

28 Ajuda a combater o trabalho infantil? () sim () não () Não tem opinião formada

29 Ajuda a melhorar a saúde das gestantes? () sim () não () Não tem opinião formada

30 Ajuda a melhorar a saúde das crianças? () sim () não () Não tem opinião formada

31 A transferência de renda é suficiente para que as famílias tenham uma boa qualidade de vida?

() sim, por que

() não, por que

32 Em sua opinião além da transferência monetária seria interessante a realização de ações complementares na área de capacitação para o mercado de trabalho?

Apêndice D



Questionário aplicado aos Gestores ou Responsáveis diretos pela administração e execução do PBF a nível municipal na área da educação

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
ACADÊMICA: MARIA HELENA PRESTES**

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS RESPONSÁVEIS DIRETOS PELA ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO PBF NA ÁREA DA EDUCAÇÃO NO BAIRRO ESTUDADO

Primeiro Eixo Temático: Concepções e a visão sobre as condicionalidades

- 1) O que você pensa sobre a exigência de condicionalidades no PBF?
- 2) As condicionalidades permitem ao beneficiários maior acesso as políticas de saúde e educação?
- 3) Qual a importância das condicionalidades para o acesso das famílias beneficiárias aos serviços de saúde e educação?
- 4) É feito acompanhamento das condicionalidades do PBF nas famílias beneficiárias?
() sim () não

5 Caso a resposta acima seja afirmativa, qual a periodicidade para realização desse acompanhamento?

- () semanal () mensal () trimestral () semestral () anual () bienal

Segundo Eixo Temático: Motivos relacionados com o não cumprimento das condicionalidades

- 1) A partir da sua experiência de trabalho quais os motivos aparentes que ocasionam o descumprimento de condicionalidade?
- 2) Esses motivos estão ligados a que situação concreta?

Terceiro Eixo Temático: Trabalho Social com as famílias em descumprimento

- 1) É realizado trabalho social/reuniões com as famílias em descumprimento de Condicionalidades pela saúde/educação?
- 2) Caso a resposta acima seja afirmativa, qual a frequência dessas reuniões?
() semanalmente () mensalmente () trimestralmente () semestralmente () anualmente () sempre que se faz necessário () não são realizadas reuniões

- 1) O que é feito pela saúde/ educação quando é identificado o descumprimento de condicionalidade?
- 2) Que tipo de trabalho é realizado com essas famílias?
- 3) É possível realizar um trabalho preventivo com as famílias para combater o descumprimento de condicionalidade?
- 4) Quais os limites e dificuldades encontradas para o trabalho social com as famílias em descumprimento de condicionalidade?
- 5) Existe trabalho articulado entre as políticas que integram as condicionalidades?
- 6) Como é realizado o trabalho intersetorial entre as políticas de saúde, educação e assistência social?

Quarto Eixo Temático – Mudanças no Programa

- 1) Observou alguma mudança em termos do acesso dos beneficiários ao mercado de trabalho? _____

- 2) Em sua opinião se faz necessário mudanças no PBF, para que o mesmo atinja seus objetivos? Se sim, quais seriam essas mudanças?

 03) Em sua opinião qual o motivo de ser a mulher a titular do PBF?
 representação como mãe, esposa e responsáveis pela organização do ambiente doméstico;
 Tem conhecimento das necessidades do lar e da família;
 possibilita que seja utilizado de forma adequada
 Não tem opinião formada
 outros: _____
- 04 Qual sua opinião a respeito do Programa Bolsa Família? Você acha que esse programa tem sido eficiente no combate à pobreza das famílias? _____

- 05 O PBF ajuda a manter as crianças na escola?
- 06 O Programa proporciona uma melhora na educação das crianças?
- 07 Ajuda a combater o trabalho infantil?
- 08 Em sua opinião além da transferência monetária seria interessante outras ações complementares na área de capacitação para o mercado de trabalho?

Apêndice E



QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COMERCIANTES DO BAIRRO PRESIDENTE VARGAS EM LARANJEIRAS DO SUL - PR

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
ACADÊMICA: MARIA HELENA PRESTES**

1 Bairro:

2 No presente estabelecimento, quais são os itens comercializados no estabelecimento?

- alimentos
 medicamentos
 vestuário
 itens p/ educação
 bebidas

3 Quais as formas de pagamento?

- a vista parcelado cheque cartão boletos Outro

4 É possível diferenciar as famílias que são beneficiárias do PBF e as que não são?

- sim não

5 As famílias beneficiárias adquirem mantimentos em seu estabelecimento comercial? Caso a resposta seja afirmativa, poderia citar alguns itens adquiridos por elas?

- sim _____ não não sabe diferenciar as famílias

6 Em sua opinião, em relação às famílias beneficiárias do PBF, qual a destinação dos recursos transferidos

- alimentos medicamentos vestuário educação Outros.
 Quais _____

7 Há tratamento diferenciado com as famílias beneficiárias ou não beneficiárias?

8 Quais as mudanças que foram observadas após o acesso ao benefício?

9 Em sua visão, esse recurso possibilita um efeito positivo ou negativo no comércio local? Por quê? _____

10 Em sua opinião qual o motivo de ser a mulher a titular do PBF?

- representação como mãe, esposa e responsáveis pela organização do ambiente doméstico;
 Tem conhecimento das necessidades do lar e da família;
 possibilita que seja utilizado de forma adequada
 Não tem opinião formada

()

Outros:

11 Qual sua opinião a respeito do Programa Bolsa Família? Você acha que esse programa tem sido eficiente no combate à pobreza das famílias? _____

12 O PBF ajuda a manter as crianças na escola?

13 O Programa proporciona uma melhora na educação das crianças?

14 Ajuda a combater o trabalho infantil?

15 Ajuda a melhorar a saúde das gestantes?

16 Ajuda a melhorar a saúde das crianças?

17 Em sua opinião se faz necessário mudanças no PBF, para que o mesmo atinja seus objetivos? Se sim, quais seriam essas mudanças?

18 Em sua opinião além da transferência monetária seria interessante a realização de ações complementares na área de capacitação para o mercado de trabalho?

Apêndice F



**QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA NO BAIRRO PRESIDENTE VARGAS EM LARANJEIRAS DO
SUL - PR**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
ACADÊMICA: MARIA HELENA PRESTES**

IDENTIFICAÇÃO FAMILIAR

01. Comunidade/ Bairro:
02. Família nº:
03. Número de integrantes na Unidade Familiar:
04. Há crianças/ adolescentes na família
() sim () Não
05. Caso a resposta 4 seja positiva, qual a idade delas:
() 0 a 1 ano () 1 a 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 17 anos
06. Há gestantes na Família?
() sim () não
07. Quantas gestantes há no lar?
() nenhuma () 1 () mais que uma
08. Algum membro da família trabalha?
() sim, quantos? _____
() Não, por
que: _____
-
09. Caso a resposta anterior seja positiva, como é este trabalho?
() carteira assinada () empregado doméstico c/ carteira () autônomo/bico ()
empregado doméstico s/ carteira
10. A renda é proveniente de que
atividade? _____
11. Renda Mensal (descontando o valor do PBF):
12. Renda per capita: _____
13. Quem é o (a) chefe de família?
() Entrevistada/mãe da família () companheiro () Os dois () outro
14. Quem é o responsável pela administração do dinheiro nos domicílios?
() Entrevistada / mãe da família
() Marido
() Os dois
() Outro
() Sem informação
15. Quem define a escolha da aquisição de alimentos?

- Entrevistada / mãe da família
- Marido
- Os dois
- Outro
- Sem informação

16. Quem é responsável pela aquisição de alimentos?

- Entrevistada / mãe da família
- Marido
- Os dois
- Outro
- Sem informação

17. Quem é responsável pelos afazeres domésticos?

- Entrevistada / mãe da família
- Marido
- Os dois
- Outro

Conhecimento sobre o Programa Bolsa Família

18. A Família conhece o PBF? sim não não informou

19. A família está cadastrada no PBF? sim não não sabe, não informou

20. A família sabe que há condicionalidades para ser beneficiária do PBF:

sim não não informou

21. Quais as condicionalidades devem ser cumpridas?

- não sabe ou não informou
- Matrícula e Frequência escolar
- Fazer acompanhamento do desenvolvimento físico (Peso/altura)
- Manter vacinas atualizadas
- Realizar pré-natal;
- Outros: Quais _____

22. Como a família avalia as condicionalidades do Programa Bolsa Família?

bom ruim não informado.

23. Em sua opinião se faz necessárias mudanças no Programa Bolsa Família? Justifique

sim não

Formas de utilização do recurso monetário e condições de acesso ao crédito local em decorrência do benefício

24. A família recebe o benefício do PBF: sim não não informou

25. Há quanto tempo recebe o benefício do PBF:

< 6 meses seis meses a um ano > 1 ano.

26. Quem é o titular do benefício/cartão:

mulher companheiro outro.

27. De acordo com a resposta da pergunta acima, qual a importância de ser a mulher/ homem o titular? Ou porque deve ser a mulher a titular do PBF:

-
28. Quem utiliza o cartão? () apenas a beneficiária titular () cônjuge () outro
 29. Quais são as formas de utilização do recurso monetário / despesas realizadas?
 () alimentação () vestuário () lazer () medicação () educação
 () Outros: _____

Condicionante Saúde

30. Recebe visita do ACS: () sim () não
31. Qual a frequência de visita do agente de saúde
 () semanal () quinzenal () mensal () esporadicamente () outro
32. A família frequenta o posto de saúde?
 () sim () não
33. Qual o membro da família que mais frequenta o posto de saúde
 () criança () idoso () mãe () outros
34. Qual a frequência ao posto de saúde
 () semanal () quinzenal () mensal () esporadicamente () outro
35. Qual é o tipo de serviço que mais utiliza
 () serviço de pesagem () vacinação () outro tipo de serviço: Qual _____
36. Encontrou dificuldades para atendimento no posto de saúde
 () sim () não () às vezes
37. Há gestante na família beneficiária?
 Sim ()
 Não ()
 Caso a resposta acima seja positiva, a gestante realiza pré – natal: () Sim () não
38. Em relação ao fator vacinação, todos os integrantes possuem cartão de vacina?
 Principalmente as crianças?
 () sim () não
39. As vacinas são feitas com regularidade?
40. As crianças são pesadas e medidas mensalmente? () sim () não
41. O cartão da Criança tem acompanhamento de peso? () sim () não () não foi verificado () não tem cartão.
42. Tem realizado os acompanhamentos exigidos pelo PBF na área da saúde? (pesagem das crianças de 0 a 07 anos, vacinação, pré-natal e etc.)
43. Como avalia a condicionante de acesso aos serviços de saúde? Justifique

- () ótimo: _____
 () bom _____
 () Ruim _____
 () Não tem opinião formada ou não sabe

44. Como avalia os serviços de saúde no município?

- () péssimo () razoável () muito bom () ruim () bom

Condicionante Educação

45. As crianças com idade escolar estão matriculadas na escola?

- () sim () não

46. Qual é o número de crianças que estão matriculadas?

- () nenhuma () 01 a 03 () 03 a 05 () mais que cinco

47. As crianças estão matriculadas em qual nível escolar?

- () Ensino Infantil () Ensino Fundamental () Ensino Médio

48. As crianças matriculadas freqüentam a escola? () sim () não

49. Caso a resposta da pergunta anterior for positiva, qual a freqüência?

- () 01 dia na semana () 01 a 03 dias por semana () 03 a 05 dias na semana
 () todos os dias

50. Como avalia a condicionante freqüência escolar?

- () bom () ruim () não sabe não informou

51. Como você avalia a qualidade do ensino da (s) escola (s) que seus filhos estão matriculados?

- () péssimo () razoável () muito bom () ruim () bom

52. Caso não houvesse o benefício, seu filho freqüentaria a escola?

- () sim, por quê?
 () não, por quê?

Avaliação do Programa Bolsa Família

53. Caso não fosse beneficiária, em sua opinião sua família deveria ser beneficiária do PBF?

- () sim
 () não
 () não conhece o programa
 () não tem opinião formada.

54. Se a resposta da pergunta 21 for positiva, em sua opinião quais seriam os fatores que o caracterizam como famílias que atendem aos pré-requisitos para serem beneficiárias:

- () Não sabe ou não tem opinião formada
 () Renda familiar baixa
 () Há crianças na família com idade escolar
 () Há gestantes na família

() Outro: Qual _____

55. A partir do momento que começou a ter acesso ao PBF, perceberam a existência de conflitos com os companheiros?

() sim, por que: _____

() não, por quê? _____

56. Após a inclusão no PBF, qual sua percepção a respeito do número de refeições realizadas diariamente?

() Aumentou o número de refeições () diminuiu o número de refeições () não alterou o número de refeições.

57. Em relação às beneficiárias, quais as mudanças que foram observadas após o acesso ao benefício?

() Acesso ao crédito

() Empoderamento

() visibilidade na sociedade

() poder de decisão fora do domicílio

() Melhora na qualidade de vida

() Outro

58. Qual sua opinião a respeito do Programa Bolsa Família? Você acha que esse programa tem sido eficiente no combate à pobreza das famílias? _____

59. O PBF ajuda a manter as crianças na escola?

60. O Programa proporciona uma melhora na educação das crianças?

61. Ajuda a combater o trabalho infantil?

62. Ajuda a melhorar a saúde das gestantes?

63. Ajuda a melhorar a saúde das crianças?

64. Em sua opinião se faz necessário mudanças no PBF, para que o mesmo atinja seus objetivos? Se sim, quais seriam essas mudanças?

65. Em sua opinião além da transferência monetária seria interessante a realização de ações complementares na área de capacitação para o mercado de trabalho?